

# PENSAR MARVILA

**Exercício experimental de reflexão**

Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza

---

EAPN Portugal

Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa

## **Pensar Marvila — Exercício experimental de reflexão**

### **Autores:**

Sónia Costa

Diogo Mazon

José Manuel Henriques

### **Revisão:**

Joana Alfaiate

Joana Ribeiro

Susana Mourão

### **Coordenação:**

Elizabeth Santos

### **Data de edição:**

Abril 2024

### **Design e layout:**

Ana Marques

Patrícia Dias

Paulo Coutinho

(Loop Content Studio)

### **Publicado por:**

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa

Avenida de Berna, nº11, 2º andar, 1050-036 Lisboa

[www.observatorio-lisboa@eapn.pt](mailto:www.observatorio-lisboa@eapn.pt)

[www.eapn.pt](http://www.eapn.pt)

Projeto “Pensar Marvila” — A iniciativa “Pensar Marvila” pretende, no essencial, conhecer o contexto da realidade social da freguesia de Marvila, com a presença de comunidades desfavorecidas em contextos de vulnerabilidade social, e de acompanhar e monitorizar a respetiva Operação Integrada Local de Marvila a desenvolver, entre 2022 e 2025.

Pelo período entre 2022-2025, o Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa recebe financiamento no âmbito da Operação Integrada Local (OIL) para o território da Freguesia de Marvila no Município de Lisboa correspondente à realização do Investimento RE-C03-i06.02 — “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa”, da Componente C3 — Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A informação constante desta publicação não reflete necessariamente a posição oficial do financiador.

# ÍNDICE

Nota Prévia .....	5
<b>1. Enquadramento .....</b>	<b>6</b>
Estratégia local integrada de combate à pobreza - Contextualização da atuação do OLCPL... 7	
Contextualização da Operação Integrada Local (OIL) .....	9
<b>2. Pobreza, exclusão social e integração territorial de políticas .....</b>	<b>10</b>
Dos desafios às estratégias de superação - Breve enquadramento conceptual.....	11
<b>3. Contribuição para uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza na Cidade de Lisboa .....</b>	<b>15</b>
Operacionalização e conhecimento.....	16
<b>4. Notas metodológicas .....</b>	<b>18</b>
<b>5. Uma abordagem estatística à Freguesia de Marvila .....</b>	<b>21</b>
5.a) Demografia.....	23
5.b) Habitação.....	24
5.c) Mercado de trabalho.....	26
5.d) Educação.....	28
5.e) Prestações sociais.....	30
5.f) Apoios sociais de emergência .....	31
5.g) Mobilidade e acessibilidade .....	33
<b>6. Pensar a Freguesia de Marvila por dentro .....</b>	<b>35</b>
A compreensão dos fatores bloqueadores da superação das situações de pobreza .....	38
6.a) Educação – acesso e sucesso .....	37
6.b) A relação com o mercado de trabalho e os rendimentos .....	39

6.c) Saúde – acesso e literacia .....	39
6.d) Mobilidade, acessibilidade e serviços públicos na Freguesia .....	40
6.e) Identidade e vivência.....	41
6.f) A articulação e intervenção municipal.....	42
<b>7. Infográfico .....</b>	<b>44</b>
<b>8. Considerações finais e recomendações.....</b>	<b>50</b>
8.a) A adequação, a eficácia e eficiência dos recursos e das respostas.....	51
8.b) Cooperação Interinstitucional - Participação, empenho e responsabilização .....	51
8.c) Participação dos cidadãos.....	52
Bibliografia.....	53
Anexo .....	54

## NOTA PRÉVIA

Por consequência do trabalho desenvolvido pelo Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa (OLCPL), e tendo em vista a implementação de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza em Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (ver Enquadramento), foi desenvolvido em 2021 o exercício de reflexão Pensar Marvila. No presente contexto, foi identificada a necessidade de revisão deste exercício para dar continuidade aos esforços feitos e à parceria com a CML, no âmbito da Operação Integrada Local (OIL) para o território da Freguesia de Marvila no Município de Lisboa correspondente à realização do Investimento RE-C03-i06.02 — “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa”, da Componente C3 — Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Neste contexto, o OLCPL encetou um processo de revisão do *Pensar Marvila*, com vista a integrar e analisar dados quantitativos mais recentes, que pudessem refletir a realidade na Freguesia de Marvila de uma maneira mais aproximada da realidade.

Foi igualmente criada uma maior ligação entre os dados qualitativos recolhidos para a versão anterior e os dados quantitativos revistos — nomeadamente através da introdução de uma nova dimensão de análise e de um infográfico —, na continuação do objetivo geral de refletir sobre a Freguesia. Esta revisão permitiu, assim, dar um maior relevo aos dados qualitativos e correspondente análise, visto que se tornou possível usar os resultados obtidos para orientar escolhas sobre outras dimensões relevantes para o ecossistema específico da Freguesia em questão — incluindo assim, igualmente, uma outra dimensão do método participativo.

Esta versão revista servirá, então, a partir do momento da sua publicação, de ponto de partida para um trabalho com a Freguesia que se deseja continuado e participativo, de modo a poder criar as bases para uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza na Cidade de Lisboa.

Importa dar conta da organização deste documento: na primeira parte procura-se enquadrar a ação e recordar os conceitos de pobreza e exclusão social, que norteiam este exercício reflexivo. No segundo ponto procura-se fazer uma abordagem estatística à Freguesia de Marvila, procurando cobrir um conjunto de indicadores que direta ou indiretamente permitem fazer um breve retrato sociodemográfico de Freguesia. No terceiro ponto procura-se refletir e sistematizar a informação recolhida nas entrevistas realizadas, de acordo com os objetivos definidos.



---

# ENQUADRAMENTO

# ESTRATÉGIA LOCAL INTEGRADA DE COMBATE À POBREZA<sup>1</sup> — CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO OLCPL

Desde 2018 que o Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa (OLCPL) — uma iniciativa da EAPN Portugal —, tem vindo a dinamizar atividades com vista à implementação de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza em Lisboa, iniciativa realizada em parceria com a CML e envolvendo os restantes parceiros e organizações da cidade de Lisboa, incluindo os seus cidadãos, no quadro da recuperação da centralidade que os municípios adquirem face ao processo de descentralização e transferência de competências que se tem vindo a promover. Este propósito já deu lugar à elaboração de um documento que procura ser um guião para a sua definição — Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza, Lisboa — Roteiro.<sup>2</sup> Esta linha de ação está em consonância com o vasto trabalho desenvolvido pela EAPN Portugal no combate à pobreza em Portugal, nomeadamente na defesa de uma estratégia nacional de combate à pobreza, sistematizada na publicação *Erradicar a Pobreza — Compromisso para uma Estratégia Nacional*.<sup>3</sup> De ressaltar que na sequência do compromisso assumido pelo XXII Governo Constitucional de lançar uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, foi aprovada a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, de 29 de dezembro ENCP,<sup>4</sup> e Plano de Ação pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023 | DR,<sup>5</sup> que guiam e orientam o trabalho desenvolvido neste âmbito pelo OLCPL e pela EAPN Portugal.

É sabido que a maioria dos instrumentos que sustentam o amplo debate sobre a pobreza são quantitativos e procuram retratar a realidade no que respeita à pobreza e à desigualdade social de forma cada vez mais transversal. Ou seja, a preocupação em conhecer esta realidade tem levado à criação de ferramentas, cada vez mais elaboradas, quer técnica quer concetualmente, que permitem uma leitura comparada, nomeadamente ao nível dos países da União Europeia. Para além da sua dimensão quantitativa, os dados apurados assumem escalas de nível macro (nacional ou regional), permitindo a sua comparabilidade territorial. Contudo, é igualmente necessário recorrer-se a outros indicadores qualitativos e descritores que explorem e aprofundem a realidade dos territórios a um nível mais micro, predominantemente ao nível do

<sup>1</sup> Enquadramento adaptado de *Pensar Marvila* (2021).

Disponível em: <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Pensar-Marvila-vfinal-set2120946.pdf>

<sup>2</sup> *Estratégia Local Integrada Combate à Pobreza Lisboa, Roteiro*.

Disponível em: [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Roteiro\\_Estrat%C3%A9gia-Local-Integrada-de-Combate-%C3%A0-Pobreza-em-Lisboa.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Roteiro_Estrat%C3%A9gia-Local-Integrada-de-Combate-%C3%A0-Pobreza-em-Lisboa.pdf)

<sup>3</sup> Ver “Erradicar a Pobreza, Compromisso para uma Estratégia Nacional”, in *Rediteia* 48, Revista de Política Social (2015).

Disponível em: [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/rediteia\\_48.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/rediteia_48.pdf)

<sup>4</sup> Ver Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29, Resolução de Conselho de Ministros n.º 184/2021.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/184-2021-176714553>

<sup>5</sup> Ver Diário da República n.º 201/2023, Série I de 2023-10-17, Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/126-2023-22287162>

município e da Freguesia, que permitam ir além das causalidades transversais atribuídas às situações de pobreza e exclusão substantivas.

É neste sentido que, tendo em conta a complexidade que o desafio de dinamizar o processo de definição e implementação de uma Estratégia Integrada de Combate à Pobreza comporta, se pretendeu promover um exercício experimental de reflexão que, reduzindo a escala territorial ao nível da Freguesia, aprofundasse o conhecimento concreto da realidade social do território em análise, ao nível das dinâmicas, interações e causalidades da pobreza e vulnerabilidade social, tendo consciência da crescente complexidade das suas demonstrações concretas. Esta opção decorre da importância de se aprofundar o conhecimento sobre os problemas territoriais, tendo presente de que é esse conhecimento que permitirá identificar o tipo de mudança do qual depende a resolução dos problemas.

Por sua vez, o conhecimento obtido neste processo permite apontar pistas para um modelo de governança que estimule uma maior coerência, convergência e complementaridade da ação, através de: uma integração territorial e institucional, assente numa coordenação de políticas e de cooperação entre atores; e de uma integração operacional, no sentido de articulação multinível — nacional, regional e local, com vista à concretização de respostas úteis e eficientes. Ou seja, um modelo com respeito pela autonomia e subsidiariedade, adaptado às circunstâncias e exigências atuais e que envolva os atores considerados relevantes para este processo, como se definiu no Roteiro.

Em síntese, este exercício tem como objetivos:

- Aprofundar o conhecimento sobre os elementos-chave e as relações de interação que permitam compreender as dinâmicas estruturais que beneficiam ou bloqueiam o desenvolvimento do território e a evolução das condições de pobreza dos indivíduos no território;
- Apontar pistas para um modelo de governança e governação integrado que delineie propostas de intervenção adequadas ao conhecimento territorial alcançado.



## CONTEXTUALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL)<sup>6</sup>

A Operação Integrada Local (OIL) para o território da Freguesia de Marvila, no Município de Lisboa, enquadra-se no âmbito da Intervenção Territorial (IT) “Grande Lisboa - Área Central”, apresentada pela respetiva Unidade Técnica Local, liderada pelo Município de Lisboa em parceria com os municípios de Amadora e Odivelas. Em conjunto, correspondem à realização do Investimento RE-C03-i06.02 – “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa”, da Componente C3 – Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no quadro da operacionalização do Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas da AML (PMACD-AML), conforme 2ª Republicação referente ao Aviso n.º 02/C03-i06.02/2022, 2ª Fase.

Na Área Metropolitana de Lisboa persistem territórios prioritários de comunidades desfavorecidas, onde prevalecem diversas condições de vulnerabilidade socio-territorial e de carência económica, originando territórios tendencialmente marcados pela pobreza e exclusão social, com condições propícias para a reprodução dos fatores de desigualdade e exclusão, e para a persistência de fenómenos de fratura social.

As Operações Integradas Locais (OILs) dirigidas para os territórios prioritários das comunidades desfavorecidas, visam promover intervenções concertadas, de base territorial, construídas e participadas pelas comunidades, a partir de abordagens integradas e multisectoriais aos problemas sociais complexos associados às múltiplas dimensões da pobreza, numa perspetiva de governação participativa e multinível, e de cocriação de respostas e intervenções locais participadas pelos atores sociais e pelas comunidades locais.

A OIL tem como objetivo global a melhoria da qualidade de vida urbana e da coesão territorial das comunidades desfavorecidas, através da implementação de um conjunto integrado de medidas e ações, de natureza material (infraestruturas e equipamentos) e de natureza imaterial (projetos, iniciativas), lideradas por parcerias locais, que mobilizem e envolvam conjuntamente as autarquias, as organizações locais da sociedade civil e as entidades públicas dos setores relevantes (cultura, emprego, economia, educação, migrações, saúde e segurança social), e que concorram mutuamente para a regeneração destas áreas socialmente desfavorecidas. Assegura-se assim uma intervenção territorial integrada, que permita atuar de forma simultânea na redução de múltiplas vulnerabilidades socio-territoriais, de acordo com as características, problemas, necessidades e oportunidades de cada comunidade, identificadas a partir de diagnósticos locais, também eles participados.

<sup>6</sup> Enquadramento adaptado de Aviso n.º 02/COe-i06.02/2022, 2ª Fase.

# 2

---

## **POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DE POLÍTICAS**

## DOS DESAFIOS ÀS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO — BREVE ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

A pobreza, alvo de um amplo debate nas diferentes esferas da vida social, é vista como uma ausência de recursos, e tida, durante muito anos, como uma situação ultrapassável pelo desenvolvimento económico, ideia disseminada pelas sociedades industriais do século XX. Todavia, esta consequência não se confirmou e são vários os organismos públicos internacionais, como a União Europeia, Banco Mundial, OCDE, OIT, UNICEF, OMS, entre outros, que reportam em diversos relatórios a sua preocupação com o agravamento das situações de pobreza e exclusão social em pleno século XXI, onde para além das formas tradicionais de pobreza, surgem novas manifestações, a par do alargamento das desigualdades entre países e *intra* países. Este é um dos temas que mais tem preocupado os responsáveis dos organismos públicos, nomeadamente da União Europeia, com sucessivas medidas de política para minimizar essa situação.<sup>7</sup> Contudo, os resultados encetados ficaram aquém das intenções, das declarações e dos objetivos. O problema da pobreza e da exclusão social persiste, sendo considerado uma forte ameaça à paz mundial. Apesar de muito se falar do combate à pobreza, importa ter em consideração a sua relação com a noção de exclusão social.

Compreende-se porque os conceitos de pobreza e exclusão social têm suscitado muito debate político e académico, vastas vezes confundidos. O conceito de pobreza, mais antigo, surge associado à insuficiência de rendimentos face às despesas não evitáveis, mas o debate tem vindo a alargar a sua definição a novas dimensões, acrescentando à ausência de recursos económicos, a falta de recursos de natureza social, cultural, político e ambiental. Por sua vez, o conceito de exclusão social aponta para a “*desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e não participação na vida comunitária.*” (BIT, 2003: 18) Tem, portanto, um carácter relacional, associado ao poder económico, de decisão, de influência e de participação cívica, como o exercício de dever e direitos de cidadania. Em Portugal a condição de exclusão social surge associada a 5 dimensões principais: social, económica, institucional, territorial e simbólica (Costa, 1998).

Como se depreende, os termos pobreza e exclusão social não são equivalentes. Pode ser-se pobre e não ser excluído, e ser-se excluído e não ser pobre, ainda que os estudos apontem para uma esfera significativa onde coincidem pessoas em situação de pobreza e de exclusão social. Não são, portanto, termos sinónimos, mas complementares, que importa abordar de forma conjunta.

Deste modo, é claro o carácter multidimensional, complexo e sistémico da pobreza e da exclusão social e a diversidade das suas manifestações e fatores. É, portanto, a interação e a junção de diversas desvantagens económicas e sociais que potenciam um cenário promotor da sua propagação, para a qual concorrem fatores macro (globais), fatores meso (locais e sectoriais) e fatores micro (individuais e familiares)(BIT, 2003).

<sup>7</sup> Para melhor compreender as políticas europeias sobre este tema aconselha-se a leitura do documento já mencionado, *Estratégia integrada de combate à Pobreza na cidade de Lisboa – Roteiro*, nomeadamente os pontos “Combate à Pobreza, contextualização histórica – Europa, Portugal, Lisboa”.

Ou seja, concorrem para uma condição de pobreza e de exclusão social fatores ligados à sociedade, às oportunidades a que cada indivíduo tem acesso/está exposto e os fatores associados ao contexto individual e familiar de cada pessoa.

Por sua vez, a acumulação de desvantagens (como desemprego, trabalho precário, baixos rendimentos, baixa escolaridade, entre outros) condiciona a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias à condição de pobreza e exclusão social. Esta vulnerabilidade pode traduzir-se pela acumulação de precariedade laboral com a fragilidade relacional, assumindo a conceção de Robert Castel (1991) para quem as situações de pobreza resultam da combinação da pertença às ordens do trabalho e sócio relacional. Nesta medida, a noção de vulnerabilidade, surge como uma zona de grande fragilidade pela múltiplas perdas e ruturas.

Cientes da amplitude da noção de pobreza, assumida como “condição humana caracterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais”,<sup>8</sup> limita-se o conceito de pobreza a uma dimensão meramente monetária/financeira. Simultaneamente, transpõem-se para o conceito de exclusão social outras dimensões tais como o acesso aos direitos e aos serviços.

Na União Europeia, definiu-se uma fórmula de cálculo para identificar quem estaria, ou não, em situação de risco de pobreza. Nesta condição está “a população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.”<sup>9</sup> Em Portugal, segundo os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2023, por referência aos rendimentos de 2022, estaria em situação de risco de pobreza um adulto que tivesse um rendimento inferior a 591€ por mês. Esta definição de pobreza permite contabilizar a proporção de pessoas em risco de pobreza monetária, comparar países e a evolução ao longo do tempo. Contudo, tem evidentes fragilidades, na medida em que apresenta um indicador binário — pessoas em risco de pobreza e pessoas que não estão em risco de pobreza —, sendo que a diferença que separa estas duas condições poderá ser 1€. Por outro lado, não tem em conta outros fatores como a diferença do custo de vida entre diferentes cidades do país ou as diferentes despesas, como por exemplo a possibilidade, ou não, de aceder a alojamento de forma apoiada por via da habitação social. A título de exemplo atente-se às seguintes possíveis situações: uma pessoa que recebe 500€ e reside gratuitamente num espaço cedido, ou herdado, de um familiar está em situação de pobreza; uma pessoa que recebe 590€ e paga 300€ de alojamento não é considerada nas estatísticas da pobreza.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento permite obter outras informações relativas aos rendimentos e condições de vida das pessoas e que contribuem para uma compreensão transversal e monitorização do fenómeno de pobreza, nomeadamente a Privação Material e Social Severa e as Pessoas a viver em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

<sup>8</sup> Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2001).

<sup>9</sup> Ver Instituto Nacional de Estatística, 2009.

Disponível em: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5826>

A Privação Material e Social Severa corresponde à “condição da população que vive em situação de carência por dificuldades económicas de, pelo menos, sete de treze itens de privação material e social. Sete dos treze itens são recolhidos ao nível do agregado: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto); g) possibilidade de substituir o mobiliário usado. Os restantes seis itens são recolhidos ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos: h) possibilidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova (excluindo a roupa em segunda mão); i) possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas); j) possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio; k) possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer; l) possibilidade de estar com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês; m) possibilidade de ter acesso à internet para uso pessoal em casa.”<sup>10</sup>

A Intensidade laboral per capita muito reduzida corresponde à “Proporção de indivíduos com menos de 65 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 64 anos (excluindo os estudantes dos 18 aos 24 anos, os reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez e as pessoas inativas com 60-64 anos pertencentes a agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.”<sup>11</sup>

Uma melhor compreensão deste fenómeno tem sido uma das principais preocupações de diferentes estruturas sociais e políticas. A análise dos seus fatores e manifestações tem feito emergir a necessidade de criar respostas concretas para situações e necessidades diversificadas, o que explica as estratégias e práticas inovadoras que se tem procurando implementar no domínio das políticas europeias e das quais Portugal tem beneficiado. São disso exemplo os programas de luta contra a pobreza, financiados pela União Europeia no final do século XX, que promoveram a articulação e a integração de áreas e setores de intervenção em resposta à multidimensionalidade da realidade social, através da definição de estratégias para promover as capacidades dos indivíduos e aumentar as oportunidades disponíveis na sociedade. Paralelamente, surge em Portugal, também no final do século XX, a obrigação de cada município elaborar um Plano Diretor Municipal (PDM) e a aprovação da primeira Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (1998). Dá-se, assim, início a um conjunto de políticas de ordenamento do território com uma visão integrada de diferentes tipos de territórios (urbanos/periurbanos/rurais), mas também dos vários níveis administrativos de planeamento (nacional, regional e local) (Ferrão: 2019).

<sup>10</sup> Para mais informação consultar a meta informação.  
Disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

<sup>11</sup> *Idem.*

Ao longo dos anos, várias estâncias políticas e estudos têm refletido sobre as opções metodológicas capazes de concretizar o fenómeno. A territorialização das intervenções, a perspetiva integrada do processo de mudança, a participação efetiva dos indivíduos e das famílias, a promoção de competências por via da formação, educação e informação, o estabelecimento de parceiras, a mobilização de recursos provenientes de diferentes setores, a produção constante de conhecimento e a sua aplicação (investigação-ação) e o envolvimento do setor económico em gerar emprego e rendimento, constituem os princípios de ação apontados como sendo a metodologia capaz de reverter a vulnerabilidade das pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Acrescem a estes princípios de ação, com vista ao desenvolvimento local, a necessidade de articulação deste nível local com as restantes escalas territoriais, nomeadamente global, nacional e regional. É conhecida a complexidade inerente a esta coordenação, mas é fundamental que esta articulação entre diferentes níveis de administração aconteça, na medida que é ao nível local que as ações e medidas efetivamente se implementam.

Nas palavras de João Ferrão, geógrafo e ex-Secretário de Estado do Ordenamento do território, importa ter uma *“visão mais estratégica, prospetiva e participada das políticas de ordenamento do território: a articulação de políticas setoriais e a coordenação de entidades relevantes para o desenvolvimento sustentável e democrático de um dado território, seja ele uma área metropolitana ou um troço da orla costeira, uma região ou uma área protegida. Esta nova visão coloca a tónica na criação de oportunidades, a par das preocupações de proteção e salvaguarda, atribui uma importância redobrada à construção coletiva de futuros sustentáveis, e assenta em novos conceitos, como governança territorial, coesão territorial e desenvolvimento de base territorial, elevando a missão da política de ordenamento do território a um patamar ambicioso de coordenação racionalizadora, tanto de políticas setoriais, com incidência num mesmo espaço, como entre os vários níveis administrativos.”* (Ferrão, 2019: 38)

Em consonância com este entendimento, surge a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em 2021, que busca padronizar e criar condições como um elemento central do objetivo de erradicação de pobreza, com base numa abordagem global, multidimensional e transversal de articulação de políticas públicas e atores, definindo eixos prioritários de intervenção em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Dessa maneira, espera-se que a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza contribua com um maior impacto positivo para as ações no terreno.

# 3

---

## **CONTRIBUIÇÃO PARA UMA ESTRATÉGIA LOCAL INTEGRADA DE COMBATE À POBREZA NA CIDADE DE LISBOA**

Tendo em conta o objetivo deste exercício de reflexão, de apontar pistas para um modelo de governança e governação integrado que delinear propostas de intervenção adequadas ao conhecimento alcançado, é possível retirar conclusões preliminares que alimentem algumas das necessidades e ações identificadas no *Roteiro* para uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza na Cidade de Lisboa (ELICPL). Segundo o mesmo, “este Roteiro poderá ser considerado o primeiro patamar para o compromisso com vista à existência de uma ELICPL, colocando Lisboa como município pioneiro na abordagem integrada das situações de pobreza, reforçando que tal realidade complexa exige uma abordagem multidisciplinar articulada, contrariando a atuação de políticas e ações soltas e desligadas entre si, podendo impulsionar e alavancar o surgimento de estratégias locais integradas noutros territórios e com outra escala, nomeadamente regional ou nacional.”<sup>12</sup>

## OPERACIONALIZAÇÃO E CONHECIMENTO

Nesse sentido e no que toca ao *Roteiro*, este exercício integra-se principalmente no pilar identificado da *Operacionalização*, especificamente no eixo prioritário do *Conhecimento*, onde se reconhece a importância de produzir conhecimento para sustentar a criação de políticas públicas.

Se esta produção de conhecimento se refere a um processo que se deseja promovido por equipas e entidades diretamente ligadas e que estejam orientadas para a criação de uma Estratégia Local, este exercício pretende, como já foi referido, apresentar pistas para um modelo de governança e governação, procurando dar resposta às necessidades e ações identificadas de clarificação do conceito de pobreza; diagnóstico dos fatores de risco; importância da dimensão qualitativa; e participação das pessoas no conhecimento. Pretende-se, também, focar a ligação feita entre os resultados aqui espelhados ao nível da Freguesia e as necessidades e ações, como reflexo da realidade diferenciada de cada território, enfatizando a necessidade identificada de criação de um *Referencial Estratégico Territorial* (micro a nível da freguesia) – ver Quadro 1.

<sup>12</sup> Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza Lisboa, *Roteiro*.

Disponível em: [https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Roteiro\\_Estrat%C3%A9gia-Local-Integrada-de-Combate-%C3%A0-Pobreza-em-Lisboa.pdf](https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Roteiro_Estrat%C3%A9gia-Local-Integrada-de-Combate-%C3%A0-Pobreza-em-Lisboa.pdf)



## Quadro 1

**Conhecimento — Necessidades e Ações<sup>13</sup>**

Necessidades	Ações
<p><b>Clarificação do conceito de pobreza</b></p> <p><b>Diagnóstico dos fatores de risco</b></p> <p><b>Mais e melhor informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Para conhecer a realidade visível e invisível e para permitir maior vinculação, envolvimento e participação</li> </ul> <p><b>Uniformização nos critérios de recolha de indicadores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Co-relacionar indicadores</li> <li>— Indicadores de alerta (prevenção)</li> <li>— Nível micro</li> <li>— Dados a nível de quarteirão (subsecção estatística)</li> <li>— Atualização de informação (reforma administrativa)</li> <li>— Abordagem multidimensional (saúde, educação, emprego, habitação, entre outros)</li> <li>— Análise transversal e longitudinal</li> </ul> <p><b>Boa rede de parceiros</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Criar melhores ferramentas</li> <li>— Afinar melhor os instrumentos de recolha de indicadores e análise</li> </ul> <p><b>Importância da dimensão qualitativa da informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Integração de investigação e diagnósticos</li> </ul> <p><b>Selecionar e priorizar indicadores de alerta</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Ter em conta a especificidade dos territórios (freguesia)</li> </ul> <p><b>Participação das pessoas no conhecimento</b></p> <p><b>Alargar e estabilizar bateria de indicadores</b></p>	<p><b>Efetuar o retrato</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Conhecer os vários planos (passados e atuais)</li> <li>— Analisar o que funcionou e o que não funcionou (sistematização de boas práticas)</li> <li>— Conhecer o custo das respostas de combate à pobreza e analisar quanto se ganha em combater a pobreza</li> </ul> <p><b>Identificar os diferentes atores de informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Formas de envolvimento (poder administrativo, organizações, cidadãos académicos)</li> </ul> <p>Ex. Ir ao território, envolver os cidadãos, as organizações, dinamizar momentos de partilha de informação</p> <p><b>Permanente acompanhamento entre quem fornece e quem recolhe os dados</b></p> <p><b>Dinamização de grupos consultivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— De trabalho locais (decisores políticos, técnicos, comunidade)</li> </ul> <p><b>Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a recolha de dados e elaboração de estudos regulares</b></p> <p><b>Mediador intermediário com o poder político</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Solicitar uma audição nas comissões municipais, nas assembleias de freguesia e na assembleia municipal</li> <li>— Criar contextos de participação e mobilização das comunidades favoráveis de modo a envolver os decisores políticos</li> </ul> <p><b>Criação de um índice de coesão social</b></p> <p><b>Flexibilização dos sistemas/processos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Estabilização de bateria de indicadores</li> <li>— Cooperação no âmbito da Rede Social de Lisboa</li> </ul> <p><b>Referencial estratégico territorial (micro a nível de freguesias)</b></p>

<sup>13</sup> *Idem*. “Quadro nº7: Conhecimento - Necessidades e Ações”.

# 4

---

## **NOTAS METODOLÓGICAS**

Para a escolha da Freguesia onde se levaria a cabo este projeto, foi analisado um conjunto de indicadores cobrindo cinco dimensões. Estas dimensões e respetivos indicadores foram selecionados tendo em consideração duas ordens de fatores: as dimensões consideradas fulcrais na avaliação dos processos de combate à pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, que constituem base essencial para a promoção de uma cidadania plena e que se encontram contempladas nos indicadores no domínio da pobreza utilizados na União Europeia; nomeadamente, os que podem ser analisadas ao nível da Freguesia, o que permite uma comparação dos mesmos indicadores no conjunto das Freguesias, a nível concelhio e também nacional.

Selecionadas as dimensões e os indicadores que retratam a vulnerabilidade das condições socioeconómicas das Freguesias, procedeu-se à apreciação do comportamento de cada Freguesia perante cada indicador. Numa primeira fase, foram identificadas as três Freguesias que registavam os valores mais elevados em cada indicador e, numa segunda fase, foi identificada a Freguesia que emergia mais vezes nos três primeiros lugares identificados na fase anterior. No conjunto de 24 indicadores distribuídos por 5 dimensões — Demografia, Habitação, Emprego/Desemprego, Prestações sociais e Apoios Sociais de Emergência — a Freguesia de Marvila registou os números mais elevados em 13 indicadores à data de recolha de dados inicial, cuja listagem se apresenta em anexo.<sup>14</sup>

Escolhida a Freguesia de Marvila, pretendeu-se provocar uma reflexão capaz de aprofundar o conhecimento concreto da realidade social ao nível das dinâmicas, interações e causalidades da pobreza e vulnerabilidade social na Freguesia de Marvila e que assenta na seguinte questão de partida:

**Quais as condições de superação da situação de pobreza e vulnerabilidade de quem vive na Freguesia de Marvila?**

Tendo em conta os objetivos deste exercício, optou-se por uma abordagem metodológica de carácter qualitativo, que permitisse a recolha, partilha e reflexão de informação junto dos diversos atores locais, considerados como informantes privilegiados, e que contribuíssem para uma melhor compreensão da realidade social da Freguesia.

Esta abordagem qualitativa procura expor o “Como?” e o “Porquê?”, identificar e compreender as dinâmicas e causalidades que potenciam e reproduzem as condições de pobreza e vulnerabilidade. O foco é delimitar as condições do contexto, considerando que é essa informação que é fundamental para conhecer a realidade social estudada, explorando e compreendendo as ligações causais, para além de correlações estatísticas. Neste sentido, não se procura com este exercício reflexivo extrapolar, nem avançar

<sup>14</sup> Tendo sido considerado necessário rever os dados desta análise inicial, os dados da maioria dos indicadores anteriores foram revistos com informação mais recente disponível e alguns indicadores foram adicionados e/ou substituídos, dentro das dimensões identificadas (ver lista em Anexo), adicionando uma dimensão sobre “Mobilidade e Autonomia” que se identificou como relevante, tendo em conta os resultados da análise qualitativa efetuada na versão anterior deste exercício de reflexão.

com generalizações para a Freguesia, mas antes avançar com explicações teóricas e identificar relações críticas. O propósito desta abordagem é exatamente avançar para uma generalização analítica e não para uma generalização estatística (Yin, 2003).

***Esta abordagem foi concretizada através da realização de um conjunto de entrevistas no primeiro semestre de 2021:***

- Quatro entrevistas exploratórias com pessoas da comunidade com uma posição estratégica, detentores de informação privilegiada, que conseguem acompanhar diariamente a realidade dos moradores:
  - 1 Membro de uma associação local e morador;
  - 1 Membro de uma associação externa a intervir junto da população do bairro;
  - 1 Técnico de Organização Não Governamental instalada no bairro e a trabalhar com a população da Freguesia na área do emprego;
  - 1 Técnico de projeto de intervenção da GEBALIS e ex-moradora no bairro.
- Entrevista coletiva ao executivo da Junta de Freguesia;
- Entrevista coletiva com a Comissão Social de Freguesia.

Estes encontros permitiram obter informação a dois níveis. Por um lado, possibilitaram explorar as causalidades dos problemas, os motivos da sua persistência, o nível de adequação das respostas existentes e as soluções apontadas. Por outro lado, forneceram algumas pistas para o desenho de um modelo de governança de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza. Importa ter presente, e reforçar, o carácter estrutural dos problemas, pelo que a ação proposta tem sempre de ter em conta os diferentes níveis de competências a convocar, e que a necessária resposta local não poderá ser de responsabilidade exclusivamente local, prevendo uma articulação concertada das competências locais, regionais e nacionais, com vista a uma mudança estrutural dos contextos.

5

---

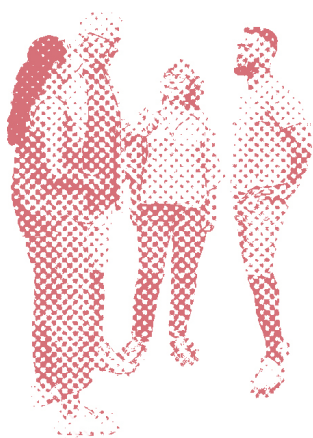
# **UMA ABORDAGEM ESTATÍSTICA À FREGUESIA DE MARVILA**

Procura-se, neste primeiro momento, apresentar alguns dados que, direta ou indiretamente, estão relacionados com os fenómenos de vulnerabilidade social e pobreza que procuram ser uma aproximação à realidade social da Freguesia. Esta análise pretende ser uma abordagem a esta realidade, permitindo criar o lastro para a abordagem qualitativa e compreensiva da realidade que se pretendeu desenvolver.

Esta leitura está longe de cobrir integralmente a heterogeneidade da realidade social das famílias e dos indivíduos que vivem na Freguesia, principalmente pela dificuldade de traduzir quantitativamente a complexidade que caracteriza os fenómenos de pobreza e vulnerabilidade social e a sua interpretação, face às especificidades e dinâmicas locais.

O processo de revisão realizado permitiu descortinar mais alguns dados que não estariam disponíveis inicialmente, como referido *supra*, resolvendo, em parte, a dificuldade sentida inicialmente de dispor de indicadores atualizados e à escala da Freguesia, relevantes para a análise dos fenómenos em causa.

## 5.A) DEMOGRAFIA



Marvila é uma Freguesia com cerca de 35.479 habitantes, de acordo com dados do Censos 2021, o que representa 6,5% do total da população de Lisboa (545.796 habitantes). Marvila é a segunda Freguesia mais populosa do Concelho de Lisboa em termos absolutos. Do total de habitantes de Marvila em 2021, 16.598 (46,8%) são homens e 18.881 (53,2%) são mulheres. Além disso, cerca de 23,8% da sua população total tem 65 anos ou mais, percentagem ligeiramente acima da do Concelho (23,1%). Por outro lado, é uma das Freguesias com mais jovens, cerca de 24% da sua população tem no máximo 24 anos.

Em 2001, eram 38.767 os habitantes em Marvila e, em 2011, 38.102,<sup>15</sup> o que representa uma queda de 1,72%, entre 2001 e 2011; e uma queda de 7,4%, ou 2.623 habitantes de 2011 a 2021 — queda relativamente acentuada, principalmente quando comparada com 2001, e que contraria um aumento da população do Concelho no mesmo período. De facto, o índice de renovação da população em idade ativa na Freguesia é o segundo mais baixo do Concelho (78,71) e muito abaixo da média do mesmo (103,42).

### Quadro 2

#### População Residente por Escalão Etário

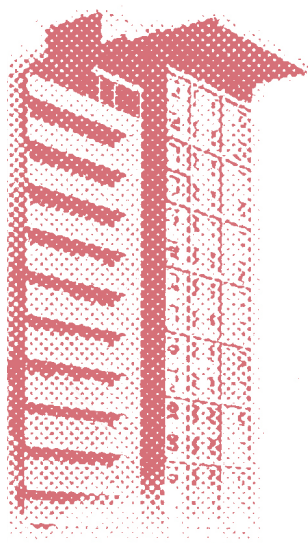
Marvila e Lisboa, N<sup>o</sup> e %, 2021 e 2011

	N <sup>o</sup> de pessoas residentes (2021)	N <sup>o</sup> de pessoas residentes (2011)	N <sup>o</sup> pessoas entre os 0 e os 24 anos (2021)	N <sup>o</sup> pessoas com 65 e mais anos (2021)	% de pop entre os 0 e os 24 anos (2021)	% de pop com + 65 anos (2021)
<b>Marvila</b>	35.479	38.102	8.449	8.541	24,1%	23,8%
<b>Lisboa</b>	545.796	547.733	126.289	127.768	23,4%	23,1%

Fonte: Censos 2011 e 2021, INE, I.P.; cálculos OLCPL

<sup>15</sup> Número de população depois da Reforma Administrativa de 2013; número anterior era 37.793, como consta da versão prévia do *Pensar Marvila* ("II Diagnóstico Social de Lisboa, 2015-2016"). Mesmo considerando o número anterior, confirma-se a redução de população verificada na Freguesia.

## 5.B) HABITAÇÃO



Marvila é a Freguesia do Concelho de Lisboa com maior quantidade de bairros de habitação municipal. Com base em dados de 2020, existem 10 bairros municipais em Marvila administrados pela GEBALIS, havendo também algum património gerido pelo IHRU, além de cooperativas de habitação. Dados da GEBALIS apontam para 20.371 habitantes nessas habitações municipais em 2020, o que representa 57% do total dos habitantes da Freguesia. Estes dados contrastam com outros da Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local de 2010, que apontavam para um número em torno de 31.000 pessoas que residiam nessas habitações municipais. Apesar destes dados não serem necessariamente comparáveis e, daí, não se poder deduzir com exatidão as alterações no número de população a residir em habitações municipais, estima-se pela sua análise que tenha existido uma redução percentual de habitantes a residir nestes bairros entre 2010/2011 e 2020.

No total de 460 edifícios municipais geridos pela GEBALIS em Marvila, estão inseridos 5.449 fogos habitacionais, representando aproximadamente 25% a 27%<sup>16</sup> dos fogos habitacionais geridos por esta instituição no Concelho de Lisboa. Segundo dados do Censos de 2021, o valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos em Marvila é 186,59€, o valor médio mais baixo do Concelho, com cerca de 51% da população da Freguesia a pagar rendas de valor inferior a 100€. Simultaneamente, a freguesia apresenta a proporção mais baixa do Concelho de rendas de 1000€ ou mais (0,9%).

Enquanto o tipo de agregado doméstico privado mais prevalente na Freguesia é o agregado de 2 pessoas — ao contrário da média do Concelho, em que uma grande parte das Freguesias apresenta prevalência de agregados de 1 pessoa —, a proporção de agregados de 6 ou mais pessoas é das mais altas do Concelho (12,7%), ligeiramente acima da média do mesmo (11%).

À semelhança do restante Concelho, a maior parte dos alojamentos na Freguesia são alojamentos familiares clássicos. Ao mesmo tempo, em cerca de 50% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual não existe nenhum sistema de aquecimento, a mais alta proporção do Concelho, representando cerca de 20% da população residente na Freguesia. Acresce a isto o facto de 91,6% dos alojamentos familiares clássicos não possuírem ar condicionado, a mais alta proporção do Concelho, onde 79% dos

<sup>16</sup> Número exato mais recente é de 2016 e aponta para um total de 19.883 fogos no Concelho de Lisboa, enquanto há relatos recentes do número chegar agora para acima de 20.000 fogos. Cálculos foram efetuados para refletir o intervalo entre ambos os valores.



alojamentos não têm ar condicionado — valor já por si elevado. Foram registados 73 alojamentos não clássicos/improvisados em Marvila, o número mais elevado do Concelho. Apesar deste valor representar um número absoluto aparentemente baixo, nomeadamente por comparação com os alojamentos clássicos existentes e o número de residentes da Freguesia, não deixa de ser relevante. Isto não só pelas condições extremamente precárias que alojamentos não clássicos representam para os seus residentes,<sup>17</sup> mas também por apresentar a proporção mais elevada do Concelho deste tipo de alojamentos — 30,5% destes alojamentos de Lisboa. De notar que no Concelho, detetou-se uma concentração destes alojamentos em algumas Freguesias, sendo que quatro contêm cerca de 80% dos alojamentos não clássicos de Lisboa.

### Quadro 3

#### Fogos de Habitação Municipal e Proporção de População Residente em Habitação Municipal

Marvila e Lisboa, N<sup>o</sup> e %, 2021

	N <sup>o</sup> de fogos de habitação municipal geridos pela GEBALIS (GEBALIS, 2016)	% da população residente em habitação municipal (estimativa) face à população residente (2021)
<b>Marvila</b>	5.449	57%
<b>Lisboa</b>	19.883	9,3%

Fonte: INE, I.P. e GEBALIS; cálculos OLCPL

<sup>17</sup> "Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico, pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência." Ver: <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6512?modal=1>

## 5.C)

**MERCADO DE TRABALHO**

Segundo os dados do Censos de 2021, Marvila apresenta a maior taxa de desemprego (13,68%) de todo o Concelho de Lisboa — cuja média é 8,43%.

A Taxa de Desemprego dos homens (14,68%) apresenta-se ligeiramente acima da das mulheres (12,71%), enquanto a população ativa entre os 15 e 24 anos apresenta uma Taxa de Desemprego de 29,7%, a segunda mais alta do Concelho e bastante acima da Taxa do mesmo (20,87%).

Inclusivamente, o número de pessoas à procura de 1º emprego na Freguesia representa a segunda proporção mais elevada do Concelho de Lisboa (11,5%). Ao mesmo tempo, Marvila apresenta o número mais elevado de pessoas à procura de novo emprego (*versus* à procura de 1º emprego) do Concelho, com 1.869 pessoas, o que representa cerca de 9% das pessoas à procura de novo emprego em Lisboa.

Quando comparado o nível de escolaridade das pessoas desempregadas na Freguesia, é possível notar que do Ensino Básico ao Secundário esta população apresenta níveis de desemprego maiores do que os do Concelho. Cerca de 56% da população em Marvila que tem o Ensino Básico como o nível de escolaridade mais elevado encontra-se desempregada, em comparação com 33,5% no Concelho. Esta tendência e desnível comparativo confirmam-se em todas as faixas etárias de população ativa, com agravamento a partir dos 45 anos. 34,4% da população desempregada em Lisboa, entre os 45 e 49 anos, tem o Ensino Básico como o nível de escolaridade mais elevado e em Marvila essa percentagem chega aos 62,6% de população desempregada. A diferença é menor para o Ensino Secundário, sendo que 29,9% dos residentes em Marvila com o Ensino Secundário, estão desempregados, em comparação, com 31,7% em Lisboa. Por outro lado, de notar que a proporção da população desempregada da Freguesia com níveis mais elevados de escolaridade é menor que a do Concelho. Com o Ensino Superior, 30% da população em Lisboa está desempregada, enquanto em Marvila essa proporção é de apenas 9,8%.

Ao mesmo tempo, é possível notar que a maioria das pessoas empregadas na Freguesia têm o Ensino Básico como nível de escolaridade mais elevado (43,8%, comparado com Lisboa a 17,6%) e apenas 24,5% da população empregada de Marvila tem o Ensino Superior, em comparação com 59,5% em Lisboa. Isto representa a proporção mais elevada de todas as Freguesias

de população empregada com apenas o Ensino Básico e a mais baixa com Ensino Superior.

Apenas 44% dos representantes dos agregados familiares da Freguesia estão empregados, a mais baixa proporção do Concelho, cuja média é de 54,3%. Dos agregados totais da Freguesia, 4,9% são encabeçados por pessoas em situação de desemprego; 39,4% por pessoas reformadas, aposentadas ou na reserva; e 1,7% por pessoas com incapacidade permanente para o trabalho — proporções estas das mais altas do Concelho e bastante acima das médias do mesmo.

De notar, que a Taxa de Atividade da população da Freguesia é a mais baixa do Concelho (43,5%), se bem que não abaixo da média do mesmo (48%). As mulheres apresentam uma Taxa de Atividade mais baixa que a dos homens residentes em Marvila, à semelhança da média do Concelho e de todas as Freguesias do mesmo.

#### Quadro 4

#### Taxa de Desemprego e População Ativa

Marvila e Lisboa, 2021

	Taxa população ativa	Taxa de desemprego total	Taxa de desemprego homens	Taxa de desemprego mulheres	Taxa de desemprego jovens (15-24)
Marvila	43,50%	13,68%	14,68%	12,71%	29,70%
Lisboa	48,04%	8,43%	8,85%	8,03%	20,87%

Fonte: Censos 2021

## 5.D) EDUCAÇÃO



Dados do Censos de 2021 apontam para um nível relativamente baixo de escolaridade dos moradores de Marvila em termos absolutos e quando comparado com o Concelho de Lisboa.

Marvila contém um grande número de população analfabeta (1.480 pessoas) em comparação com o restante Concelho, já que esta população em Marvila representa cerca de 15% da população analfabeta em Lisboa. A Taxa de Analfabetismo em Marvila é de 4,6%, a mais alta do Concelho (cuja média é de 2%), de novo com uma diferença acentuada na Freguesia entre homens (2,8%) e mulheres (6,04%) — o que se verifica em todas as Freguesias de Lisboa, mas é em Marvila que se verifica a maior diferença entre os géneros. Por outro lado, considerando a população total sem nenhum nível de escolaridade completo, as faixas etárias que mais contribuem para este número são as que compreendem pessoas/crianças com menos de 15 anos (em larga escala por incluírem menores que frequentam a escola ou terminaram o 1º ciclo) e com 75 ou mais anos de idade, à semelhança de todas as Freguesias do Concelho. Isto sinaliza um movimento positivo, onde a maior parte da população ativa tem algum nível de escolaridade completo e em que o analfabetismo está concentrado nas populações mais idosas, sem tendência demonstrável a perpetuar-se.

Quando se comparam os níveis de escolaridade mais elevados completos das pessoas de Marvila e Lisboa, é de notar uma diferença importante nos seus percursos escolares entre a Freguesia e a média do Concelho. Em Marvila, há uma prevalência significativa de residentes com o Ensino Básico como o nível de escolaridade mais elevado, a partir dos 45 anos de idade, e do Ensino Secundário como o nível de escolaridade mais elevado, nas idades até aos 20 anos; enquanto em Lisboa o Ensino Superior é consistentemente o nível de escolaridade mais elevado entre os 20 e os 59 anos. Na Freguesia, 52% das pessoas entre os 20-24 anos têm o Ensino Secundário como o nível de escolaridade mais elevado, enquanto em Lisboa a proporção para essas idades é de 25%. O mesmo se verifica nas pessoas entre 25-44, onde 32,5% têm o Ensino Secundário como o mais elevado em Marvila, em comparação a Lisboa que apresenta valores de 21,8% para o mesmo intervalo de idades.

Isto sinaliza uma tendência de nível de escolaridade baixo na Freguesia de Marvila, com bastante expressão em relação ao Ensino Superior, onde

mesmo a partir dos 20 anos, se verifica um baixo número de pessoas com Ensino Superior completo. A proporção da população na Freguesia com idades entre 30 e 34 anos com pelo menos o Ensino Superior completo é de 30,5%, a mais baixa do Concelho, cuja percentagem é de 60,7%. Mesmo na população entre os 20 e 24 anos em Marvila, apenas 15,3% têm o Ensino Superior completo, enquanto a proporção para Lisboa nesse intervalo de idades é de 59,6%.

É de notar, por outro lado, uma tendência crescente de maior escolarização em comparação com 2011, onde, segundo dados do INE, apenas 11,4% da população da Freguesia tinha o Ensino Secundário completo e 7,6% o ensino Superior Completo.

#### Quadro 5

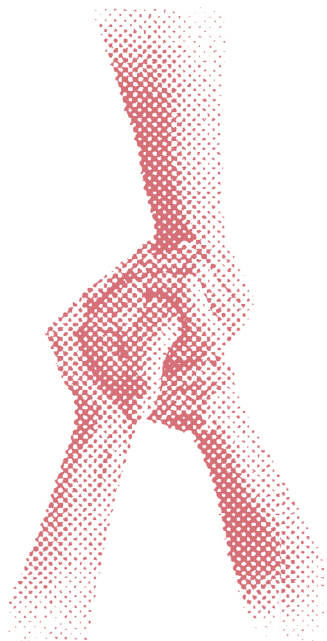
#### Proporção de População por Habilitações Literárias

Marvila e Lisboa, N<sup>o</sup> e %, 2011 e 2021

	% da pop. total sem nenhum nível de escolaridade completo (2021)	% da pop. total sem nenhum nível de escolaridade completo (2011)	% da pop. total com o ensino secundário completo (2021)	% da pop. total com o ensino secundário completo (2011)	% da pop. total com o ensino superior completo (2021)	% da pop. total com o ensino superior completo (2011)
<b>Marvila</b>	7,4%	20,4%	37,1%	11,4%	14,9%	7,6%
<b>Lisboa</b>	4,2%	6,8%	64,9%	14,8%	43,97%	27,1%

Fonte: INE 2011; Censos 2021; Cálculos OLCPL

## 5.E) PRESTAÇÕES SOCIAIS



No segundo trimestre de 2023, 2.287 pessoas recebiam o Rendimento Social de Inserção (RSI) na Freguesia de Marvila, o que significa que 6,4% da população da Freguesia recebia RSI, a segunda maior proporção do Concelho e bastante acima da média do mesmo (3,1%). Significa também que 13,7% dos beneficiários de RSI de Lisboa, à data, são residentes em Marvila. Enquanto se regista uma diminuição progressiva de beneficiários com processamento de RSI desde pelo menos 2022, houve um aumento do valor médio mensal por agregado familiar, com o 2º trimestre de 2023<sup>18</sup> a registar um valor médio de 326,80€ e o último trimestre de 2022 a registar um valor médio de 290,15€. Para fazer face ao aumento da inflação e do custo de vida, o valor de referência desta prestação passou de 189.66€, em 2022, para 209.11€ em 2023.<sup>19</sup> Trata-se de um aumento de 10.3% que ajudará a explicar uma parte do aumento verificado em Marvila nesse período.

No que respeita aos titulares de Abono de Família para crianças e jovens, Marvila registou também um número elevado no 2º trimestre de 2023,<sup>20</sup> 5.062, o que representa 11,6% dos titulares do Concelho de Lisboa. Comparando este número com o total de crianças e jovens entre os 0 e os 24 anos, verifica-se que mais de metade (59,9%) destes são titulares de Abono de Família, a segunda maior proporção do Concelho.

Finalmente, 11,3% dos beneficiários de Complemento Social para Idosos (CSI) a residir no Concelho são de Marvila. 6% dos residentes na Freguesia com 65 anos ou mais recebem o CSI, proporção alta e bastante acima da média do Concelho (3,5%). Registou-se um aumento significativo do valor médio mensal de CSI no 2º trimestre de 2023 em comparação tanto com o 1º trimestre do mesmo ano, como com os valores de 2022, onde o valor médio do 4º trimestre de 2022 era de 108,22€ e no 2º trimestre de 2023 de 191,24€. Também o CSI teve o seu valor de referência revisto passando de 438.21€ para 600€ mensais,<sup>21</sup> o que uma vez mais poderá ajudar a explicar, em parte, o aumento do valor médio verificado.

<sup>18</sup> Últimos dados disponíveis à data deste estudo.

<sup>19</sup> Diário da República n.º 15/2023, Série I de 2023-01-20, Portaria n.º 32/2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/32-2023-206350930>

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Diário da República n.º 14/2023, Série I de 2023-01-19, Portaria 31/2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/31-2023-206297248>

## Quadro 6

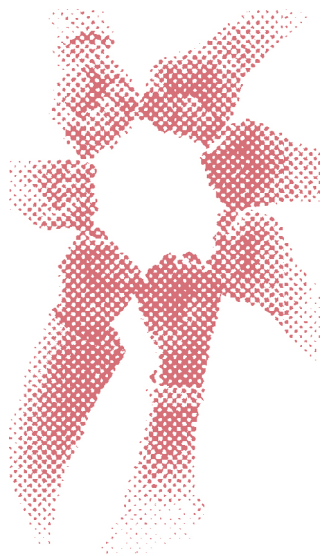
**Beneficiários de RSI, Prestações de Desemprego, Titulares de Abono de Família e CSI**

Marvila e Lisboa, N.º, 2.º Trimestre de 2023

	RSI	Prestações de desemprego	Titulares de abono de família para crianças e jovens	Complemento social para idosos
Marvila	2287	662	5062	509
Lisboa	16713	8859	43556	4486

Fonte: Instituto de Segurança Social, I.P.; Cálculos OLCPL

## 5.F)

**APOIOS  
SOCIAIS DE  
EMERGÊNCIA**

Como resposta às necessidades sociais decorrentes da pandemia de COVID-19 foram disponibilizados pela CML, em 2021, uma série de novos apoios sociais à altura, para tentar amenizar a situação de quebra de rendimentos provocados pelo encerramento e paralisação de empresas e perda de emprego e de rendimentos que afetou milhares de pessoas. Para tal, foram acionados programas como o Fundo de Emergência Social (FES), que ainda se encontra em vigor à data da revisão deste estudo.

No final de 2020 a CML tinha distribuído cerca de dois milhões e quinhentos mil Euros no âmbito do Programa FES — Agregados Familiares por todas as Freguesias de Lisboa, sendo que especificamente para a Freguesia de Marvila, até dezembro de 2020, foram distribuídos 115 mil euros para 1.880 diferentes pedidos solicitados e concedidos. Esses pedidos de apoio concedidos tiveram diferentes finalidades, tais como auxílio ao pagamento de rendas, despesas com saúde, pagamento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, entre outros.

Além disso, a CML intensificou o Programa de Apoio Alimentar em parceria com outras instituições. Para tal, ainda no âmbito do Lisboa Protege, até ao final de 2020 foram distribuídos para a Freguesia de Marvila 320.149,00€ para o reforço de refeições solidárias em restaurantes locais.

Outro dado que mostra o grave impacto da pandemia de COVID-19 no dia-a-dia dos residentes de Marvila está relacionado com o número de cabazes alimentares distribuídos pelo Banco Alimentar de Lisboa (BAL). Na Freguesia, em 2019 411 famílias e 1.139 pessoas eram apoiadas pelo BAL com cabazes alimentares. Já em 2020 esse número passou para 490 famílias e 1.321 pessoas, o que representou um aumento de 19,2% e 16,0%, respetivamente, em um ano. Contudo, o dado que mais chama a atenção é o aumento de pedidos de apoios diretos junto ao BAL. Em 2020 foram 336 pedidos, face a 5 em 2019, uma variação de 6620% em um ano. Já em todo o Concelho de Lisboa a taxa de variação foi de 2792%, com 2.632 pedidos em 2020 em comparação com 91 em 2019.

Segundo os dados disponíveis referentes ao FES em 2022 e 2023,<sup>22</sup> Marvila demonstra um aumento sucessivo de pedidos de apoio concedidos no âmbito da resposta de apoio alimentar excecional e de transição do programa, em que, no 3º trimestre de 2023 foram disponibilizadas 19093 refeições a 210 pessoas da Freguesia. Isto representa o número mais elevado de refeições nesse trimestre em comparação com as restantes Freguesias do Concelho, tal como no 2º trimestre do mesmo ano, podendo representar um agravamento da necessidade desse apoio em Marvila.<sup>23</sup> Ao mesmo tempo, e no âmbito de outros apoios concedidos através do FES, Marvila destaca-se como a segunda Freguesia (em apenas três) em que há mais bens e serviços disponibilizado aos agregados familiares pela Junta em 2022.

<sup>22</sup> Consultar dados sobre “Fundo de Emergência Social de Lisboa - Agregados Familiares - Pedidos de apoio solicitados e concedidos por finalidade dos apoios”.

Disponível em: <https://dados.cm-lisboa.pt/dataset/fes-agregados-familiares-pedidos-de-apoio-solicitados-e-concedidos-por-finalidade-dos-apoios>

<sup>23</sup> Podendo representar, por outro lado, um reforço desse apoio na Freguesia por decisão das autoridades competentes de distribuição do apoio.



## 5.G) MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE



Tendo em conta as questões identificadas em sede qualitativa (ver *infra*), importa analisar ainda dados de mobilidade e acessibilidade. Questões de mobilidade e acessibilidade contêm várias facetas, cujas dimensões aqui espelhadas serão apenas as pertinentes para os resultados identificados pela recolha qualitativa de informação, nomeadamente a deficiente rede de transportes e a sensação de distância e dificuldade de integração para a qual a falta de acessibilidade contribui.

A Freguesia apresenta proporções elevadas de pessoas com pelo menos uma dificuldade que possa pôr em causa a sua mobilidade e autonomia. Principalmente, em pessoas entre os 65 e 69 anos, em que 10,7% das mesmas apresenta pelo menos uma dificuldade, a proporção mais elevada de todas as Freguesias do Concelho.

Em Marvila, e de acordo com o Censos de 2021, 8,7% das pessoas que não conseguem andar ou subir degraus do Concelho de Lisboa são residentes em Marvila — a proporção mais alta do Concelho. Em relação à população da própria Freguesia entre os 65 ou mais, Marvila apresenta consistentemente percentagens elevadas de população que tem dificuldades em andar ou subir degraus. Por exemplo, 21,4% da população com 90 anos ou mais não consegue efetuar estas ações, em comparação com 15% em Lisboa. Apesar da Freguesia apresentar proporções acima da média do Concelho em termos de acessibilidade para cadeira de rodas, esta tendência confirma uma baixa acessibilidade de cadeira de rodas em alojamentos residenciais, não só na Freguesia, como principalmente em todo o Concelho. Em Marvila, 49,9% dos residentes em alojamentos familiares clássicos tem acessibilidade de cadeira de rodas, em comparação com apenas 32,6% em Lisboa. Mesmo para residentes com 60 anos ou mais, esta é mais elevada em Marvila (43,9%) do que no Concelho (29,3%), ambos pautados por baixa acessibilidade neste âmbito.

Em relação a outros indicadores de autonomia e mobilidade presentes nos dados dos Censos de 2021, é possível observar que Marvila representa 8% das pessoas que em Lisboa reportaram não conseguir tomar banho ou vestir-se sozinhas, a proporção mais alta do Concelho. Em relação à população total da própria Freguesia, Marvila apresenta proporções mais elevadas que o Concelho de Lisboa de pessoas que têm entre alguma dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinhas e não conseguem de todo efetuar esta ação (ver Quadro 7).

Aliada a questões de mobilidade, há questões de acessibilidade identificadas, relacionadas também com problemas nas infraestruturas de transportes e acessos pedonais. Segundo o “Estudo participativo sobre a mobilidade em Marvila” (2022), a maior parte das deslocações efetuadas dentro da Freguesia são para acesso ao comércio de mercearia e hipermercado (35%), enquanto para fora da Freguesia as deslocações efetuadas são na maioria para trabalhar (36%). O acesso ao comércio é feito maioritariamente a pé (51%), seguido de autocarro. A deslocação para o trabalho é a que proporcionalmente ocupa mais tempo, ou seja, das deslocações mais longas.

Comparando com dados do Censos de 2021, as pessoas empregadas em Marvila efetuam das deslocações mais longas para fora da Freguesia, com 64.4% a deslocarem-se entre 60 a 90 minutos e 40% com deslocações de mais de 90 minutos.

#### Quadro 7

#### Proporção de população por dificuldade de mobilidade

Marvila e Lisboa, N<sup>o</sup> e %, 2021

	Não consegue andar ou subir degraus	Muita dificuldade em andar ou subir degraus (75-79 anos)	Não consegue tomar banho ou vestir-se sozinho	Muita dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho
<b>Marvila</b>	433	258	567	556
<b>Lisboa</b>	4.995	1.870	6.982	6.360
<b>% de dificuldade em Marvila</b>	2,7%	21,7%	1,9%	1,9%
<b>% de dificuldade em Lisboa</b>	2,4%	14,3%	1,5%	1,4%

Fonte: INE, Censos 2011; cálculos OLCPL



---

**PENSAR A FREGUESIA DE  
MARVILA POR DENTRO**

A incursão à realidade social da Freguesia de Marvila, para melhor compreender as condições de superação da situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social de quem lá vive, permitiu identificar e sistematizar um conjunto de fatores bloqueadores e relações críticas sinalizadas pelos informantes privilegiados auscultados e que permitem explicar algumas das manifestações de pobreza e vulnerabilidade social na Freguesia.

Neste sentido, procura-se neste ponto apresentar um conjunto de reflexões, que podemos designar como um sistema de alerta, que deverá ser tido em consideração na definição da ação pública, de modo que esta possa concorrer para efetivas mudanças na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade naquela Freguesia.

Como referido no ponto relativo à explicitação metodológica, não é intenção deste exercício generalizar sobre a realidade social da Freguesia, mas antes apresentar e refletir sobre as relações críticas que foram identificadas.

Não se pretende, como já referido, fazer uma leitura representativa da Freguesia, mas antes tecer uma análise crítica capaz de compreender condições e condicionantes de forma correlacionada, que permitam explorar caminhos para um plano de requalificação urbano através da articulação de intervenções de conhecimento-ação na totalidade das unidades territoriais, que permitam compreender quais os fatores sobre os quais é necessário agir de modo a produzir mudança.

A informação recolhida permite que a sua análise se organize sob dois eixos: primeiramente sistematizam-se os fatores bloqueadores da superação das situações de pobreza na Freguesia de Marvila que emergiram dos relatos recolhidos, procurando destacar as correlações e causalidades atribuídas. Por outro lado, foi possível identificar um conjunto de reflexões sobre as dinâmicas da ação social na Freguesia sobre as quais importa igualmente atentar. Com a ressalva que os dados qualitativos recolhidos em 2021 podem não estar completamente atualizados à data desta revisão, considera-se que uma possível desatualização afetará principalmente dados específicos, continuando a ser uma demonstração aproximada da realidade da Freguesia como relatada.

# A COMPREENSÃO DOS FATORES BLOQUEADORES DA SUPERAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE POBREZA

## 6.A) EDUCAÇÃO – ACESSO E SUCESSO

Transversal ao discurso dos entrevistados surge a importância da educação e o reconhecimento de alguns constrangimentos nesta área enquanto elemento promotor de combate à pobreza e desigualdade social.

A fragilidade dos percursos escolares, refletida nos níveis de insucesso e abandono escolar da Freguesia, surge como uma das principais preocupações manifestadas.

Para os entrevistados, esta fragilidade resulta das combinações de vários fatores:

- A desvalorização da escola e as baixas expectativas de um percurso académico como garante de um melhor percurso profissional e melhor remuneração, por parte de pais e crianças, ou seja, há a perceção de que não existe um reconhecimento da escola por parte das famílias como meio capaz de alterar as condições de vida. Esta desvalorização é apontada pelos entrevistados como condição de acomodação. A este respeito é referido o impacto negativo do “efeito de grupo”, da homogeneidade social da população dos bairros municipais, aliado a um “efeito de ilha”, considerando que há um fechamento das pessoas no território, que dificulta a criação de expectativas para além da reprodução das condições de vida atuais. Por oposição, os entrevistados consideram que o conhecimento de diferentes realidades, uma maior heterogeneidade social e a diversidade de realidades podem incentivar a um melhor desempenho escolar;
- A dificuldade dos pais acompanharem o percurso escolar dos filhos, em parte pelas suas próprias frágeis competências escolares;
- Um menor investimento nos equipamentos escolares. Como exemplo é referida a fraca oferta de atividades extracurriculares de uma das escolas de 1º ciclo da Freguesia, comparada com outras escolas da cidade, sendo este justificado pelo menor nível de exigência dos encarregados de educação;
- Rotatividade dos docentes com impacto negativo no seu empenho e consequentemente no sucesso escolar dos alunos;

- Falta de recursos humanos para as respostas em curso. A título de exemplo é referido que o Agrupamento de Escolas de D. Dinis, considerado Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) apenas conta com uma psicóloga, o que é apontado como manifestamente insuficiente;
- Foco e sobrevalorização dos conteúdos programáticos por parte da escola e menos na capacitação e formação dos alunos para outras áreas do saber e do ser adequados à realidade social e profissional do século XXI;
- Fechamento da escola à comunidade e ao tecido institucional local. A este propósito é referido que há disponibilidade por parte da escola para participar e colaborar em atividades concretas e específicas, mas uma menor disponibilidade para um trabalho prolongado no tempo e articulado, tendo sido mencionada a importância de a escola integrar a Comissão Social de Freguesia, o que à data da recolha de informação não acontecia;
- Fracas competências profissionais das pessoas, mesmo quando os níveis de habilitações correspondem aos exigidos pelo mercado de trabalho, nomeadamente o Ensino Secundário completo, fruto de um percurso académico cujo desenvolvimento de competências não corresponde ao nível académico atingido, mas também pela desadequação das mesmas face às necessidades do mercado de trabalho;
- O abandono escolar para uma integração precoce no mercado de trabalho, cujas colocações, muitas vezes em vagas precárias e informais com remuneração inferior, tende a manter e perpetuar as situações de pobreza;
- As fragilidades apontadas assumiram maiores proporções com a Pandemia, sendo referido o atraso na disponibilização de computadores, para que as crianças e jovens pudessem assistir às aulas *online* em período de confinamento e, mesmo após a distribuição de computadores e outros equipamentos. Para além disto, registou-se a falta de suporte técnico para alunos e pais na instalação destes, além de falta de estrutura física como espaços apropriados para que os alunos pudessem assistir às aulas sem conflitos com as rotinas domésticas (em grande medida resultado da sobrelotação das habitações). Foram identificadas também questões de acesso à tecnologia, como falta de rede de internet e/ou telemóveis para o bom acesso ao ensino remoto, bem como o desconhecimento da realidade no que respeita às capacidades das famílias para apoiarem e incentivarem os alunos para o acompanhamento escolar à distancia, intensificando aquilo que consideram ser um desigual acesso à educação.

É perante estas condições, manifestações e motivações, que a escola e a educação são apontadas como bloqueadoras de um processo de rutura com a pobreza para o qual a escola deveria ser um dos principais facilitadores.

## 6.B) A RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO E OS RENDIMENTOS

A fragilidade da relação com o mercado de trabalho surge como um dos fatores bloqueadores da superação das condições de vulnerabilidade à pobreza vivida na Freguesia de Marvila.

Esta preocupação tem três focos:

- Os jovens com baixos níveis de escolaridade e/ou fracas competências para a integração no mercado de trabalho, sendo que alguns nem estudam nem trabalham, ou têm relações precárias e instáveis com o mercado de trabalho, cujo ciclo se inicia nos frágeis percursos escolares e formativos, perpetuando deste modo, situações de pobreza;
- A falta de opções existentes que levam à necessidade de estabelecer relações laborais precárias com o mercado de trabalho por parte de muitos elementos da população, como empregadas domésticas sem vínculo ou motoristas de Uber e de outras plataformas similares;
- Os adultos desempregados com competências “desatualizadas”/insuficientes para atuais ofertas existente no mercado de trabalho, alguns deles com longos percursos como operários fabris que não conseguem encontrar lugar no atual mercado de trabalho.

Ora, a inserção no mercado de trabalho em áreas e setores de maior precariedade laboral juntamente com os baixos níveis de escolaridade, traduzem-se em baixos e instáveis rendimentos por via do trabalho.

Este contexto de vulnerabilidade foi agudizado no período de pandemia. Muitas pessoas, pela diminuição ou inexistência de “biscates” durante o confinamento, e pela perda de alguns trabalhos ocasionais e precários, viram os seus rendimentos diminuírem não sendo possível recorrer aos apoios extraordinários porque não preenchiam as condições de recurso à substituição de rendimentos perdidos. Importa lembrar que precisamente a informalidade desta realidade faz com que ela esteja ausente das recolhas estatísticas. Além disso, o fechamento das escolas prejudicou a distribuição alimentar e impactou no rendimento de agregados familiares com crianças e jovens que contavam com as refeições diárias por essa via.

## 6.C) SAÚDE – ACESSO E LITERACIA

O acesso aos serviços de saúde, nomeadamente em situação de doença e com necessidade de cuidados médicos, é apontado como um dos problemas da população de Marvila, pela deficiente capacidade de resposta perante as necessidades. Além disso, é referido que boa parte da população não tem médico de família designado, o que prejudica o acompanhamento dos cuidados de saúde preventiva.

Por outro lado, é apontada a falta de informação sobre os direitos relativos ao acesso aos serviços de saúde e sobre os cuidados de saúde a ter, o que faz com que os habitantes muitas vezes não realizem os tratamentos e consultas necessárias para determinadas condições de saúde — deixando transparecer situações de iliteracia ao nível da saúde. Desta maneira, uma vez mais as dificuldades no acesso a informação catalisaram maior desigualdade no acesso aos direitos entre os cidadãos. A este respeito são dados dois exemplos, dificuldades no acesso a terapia da fala por parte de crianças que tinham essa necessidade e a apoio psicológico/intervenções ao nível da promoção da saúde mental. A falta de informação e o estigma associado à doença mental é acrescido da falta de consultas de despiste, deixando as situações de necessidade sem resposta e sem apoio aos próprios e às famílias. Situação agudizada pelo contexto pandémico.

É ainda mencionado que neste período surgiram inúmeros casos novos de problemas de saúde mental, com aumento de casos de problemas psicológicos que, por conta do confinamento, suspensão de serviços de saúde não urgentes aliados às condições patológicas já existentes, criou maior pressão no sistema da saúde para essas situações e, apesar da existência de parcerias dos serviços de saúde com entidades, as respostas não foram suficientes. A solidão dos mais idosos, os aumentos de consumos de estupefacientes e álcool, são as situações sinalizadas.

#### **6.D) MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E SERVIÇOS PÚBLICOS NA FREGUESIA**

Marvila tem o maior parque de habitação municipal do Concelho, em grande parte resultado do processo de realojamento existente nos finais do século XX. Ao longo do tempo estes territórios têm sido equipados com algumas infraestruturas e espaços de lazer, como a biblioteca municipal, parques infantis ou equipamentos desportivos. Reconhecido este incremento, subsistem algumas críticas que emergem ao longo dos discursos e que podem sistematizar-se em dois fatores que se encontram relacionados: a mobilidade e acessibilidade, e a falta de comércio e serviços na Freguesia.

A difícil mobilidade da população do bairro surge como um constrangimento ao quotidiano de quem vive na Freguesia. A deficiência da rede de transportes públicos *inter* e *intra* Freguesia é apontada como uma situação que dificulta o dia-a-dia das pessoas. Poderá ser também isso que perpetua uma sensação de distância e de dificuldade de integração com a restante cidade. Apesar da Freguesia ter diversas linhas de autocarro, duas estações de comboios e duas estações de metro, parece não ser ainda suficiente para as necessidades de mobilidade da população. A extensão territorial e a topografia da Freguesia dificultam a mobilidade da sua população dentro da própria Freguesia via transporte público, principalmente entre locais da chamada Marvila Velha, localizada à margem do rio Tejo, e a parte alta da Freguesia.

Esta dificuldade parece ter sido agravada durante a pandemia com o suprimento de algumas rotas e a redução de horários.



Outro ponto que mostra a necessidade de maiores investimentos na rede de transportes e ligações de Marvila com a cidade de Lisboa é a rede de bicicletas GIRA — Bicicletas de Lisboa, gerida pela EMEL (Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa), já que não há nenhuma estação em toda a extensa Freguesia de Marvila, contrariamente às Freguesias vizinhas como Parque das Nações, Olivais, Alvalade e Areeiro, com um elevado número de estações.

Por outro lado, foi sinalizada a falta de serviços e comércio na Freguesia, particularmente manifestada no contexto de pandemia. A escassez de comércio diversificado para a compra de bens de primeira necessidade nas imediações das habitações é apontada como um constrangimento. A insuficiência de transportes públicos e de meios próprios para as pessoas se deslocarem aumentou as dificuldades de gerir o quotidiano no período de confinamento para muitas dos residentes a viver em Marvila, nomeadamente idosos.

## 6.E) IDENTIDADE E VIVÊNCIA

No decurso das entrevistas questões relacionadas com a identidade e a vivência no bairro foram emergindo com alguma preocupação.

Por um lado, é referida a diversidade populacional como fator que cria fortes cisões, nomeadamente entre bairros e mesmo *intra* bairros. A este propósito é enfatizada a grande distinção que existe entre o grupo populacional de famílias que foram realojadas nos anos 90, provenientes do bairro chinês, cuja construção e crescimento se deveu ao êxodo rural vivido em meados do século passado, e as pessoas posteriormente realojadas. O convívio entre as primeiras é apontado como positivo e solidário, nomeadamente dando conta da entajuda entre as pessoas. É disso exemplo a partilha de produtos hortícolas que muitos cultivam nas hortas que existem na Freguesia com pessoas que conhecem e que consideram que necessitam desses bens. É aliás referido que esta partilha se intensificou durante a pandemia.

A este respeito é referido como preocupação o aumento de pequenos furtos nos bairros, apontados como protagonizados por pessoas locais por necessidade, o que dificulta a convivência entre a população.

Por outro lado, é referido que a população se considera distante da restante cidade, como se não residissem numa Freguesia da cidade. A concentração de um grupo populacional cuja grande parte provém dos processos de realojamento dos anos 90, no mesmo território, fez manter a distância simbólica sempre sentida. A falta de recursos para pagar viagens de transportes públicos e a falta de transporte próprio agudiza esse isolamento.

Contudo, também é referido que os espaços artísticos e de lazer que começaram a surgir na Freguesia têm contribuído para desvanecer o estigma associado à residência em Marvila e em bairros municipais. A título de exemplo é mencionado que os jovens referem ter orgulho no seu local de residência, exemplificando com o facto de ser na sua Freguesia que se realiza o maior festival de música da Europa, o Rock in Rio.

## 6.F) A ARTICULAÇÃO E INTERVENÇÃO MUNICIPAL

A importância da articulação e intervenção institucional surge como a pedra de toque da mitigação das condições de vulnerabilidade e pobreza da população da Freguesia.

A este respeito são apontadas três fragilidades distintas, que se prendem com: a importância do conhecimento aprofundado, a avaliação da intervenção desenvolvida e a articulação institucional local.

Primeiramente, é referido que a intervenção das organizações deve ser sustentada num conhecimento mais compreensivo e aprofundado da realidade social da população residente na Freguesia, sob pena de não conseguirem identificar-se, por um lado, as necessidades e os públicos-alvo e, por outro, as medidas, programas ou projetos adequados e eficazes a serem colocados em prática. A título de exemplo foi referido que à data foram doados pela Junta de Freguesia aquecedores aos idosos, mas que estes não os puderam utilizar como necessitariam porque isso significaria um consumo energético que as suas baixas reformas não poderiam suportar.

Assim, surge destacada a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, explorando as diferentes perspetivas — das instituições que trabalham no terreno, das próprias populações e das estruturas de poder (Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Lisboa) — com vista a um conhecimento integrado e capaz de compreender e dar sentido à realidade, para uma intervenção mais adequada.

Na senda da importância do conhecimento, é destacada a importância de avaliar as iniciativas, projetos e programas implementados, de modo a verificar a sua real importância e impacto face às necessidades da população, objetivos e resultados esperados. Importa valorizar as experiências desenvolvidas com recurso a meta-avaliação e síntese realista.

Paralelamente, são referidos alguns constrangimentos e fragilidades no que se refere à comunicação interinstitucional na Freguesia, passando pelas diferentes instituições que operam no terreno e que acompanham diariamente as necessidades dos indivíduos, bem como estruturas de poder como a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Marvila, e outras organizações como a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (SCML). Quer ao nível da sinalização quer da resolução das situações identificadas, é apontada a necessidade de maior concertação, de modo a evitar a duplicação de respostas, os vazios de intervenção e uma intervenção casuística.

O não envolvimento da escola na Comissão Social de Freguesia é apontado como exemplo prático desta frágil concertação social na Freguesia. Ainda que seja reconhecida a disponibilidade da escola para articular ou desenvolver atividades em parceria com outras organizações, ou o facto de esta reportar situações que careçam de intervenção, esta articulação é considerada cirúrgica, casuística e circunstancial.

À semelhança da Escola, são mencionados outros organismos públicos que estão ausentes da Comissão Social de Freguesia e cujo envolvimento e partilha de ação é considerado fundamental. Exemplo disso é a falta de elementos representantes da área da saúde. A este propósito é referido que este setor, desde o início da pandemia, se tem envolvido crescentemente.

Essa falta de comunicação e coordenação de ações tende a criar aspetos confusos entre as pessoas sobre os seus direitos e deveres, criando também insatisfações face às respostas sociais, uma desadequação de respostas e impossibilidade de integração de políticas, e ainda uma quebra de confiança nas entidades governamentais, enquanto responsáveis por garantir uma resposta adequada e articulada às necessidades das populações.

A forma como decorreu a implementação das medidas autárquicas de apoio alimentar extraordinárias é apontada como tendo sido um exemplo dos constrangimentos que se colocam à concertação institucional na Freguesia e que a Pandemia veio evidenciar. A distribuição de cabazes foi feita em parceria entre a Junta de Freguesia e as associações locais, sendo apontadas situações de discricionariedade na atribuição e desigualdade no acesso, nomeadamente pela escassa divulgação de informação.

Segundo referido, a distribuição foi articulada com as associações locais, mas isso não foi suficiente para satisfazer as necessidades emergentes nesse período, apesar do aumento de recursos financeiros disponibilizados para este apoio, ficando algumas pessoas sem acesso a apoio alimentar, evidenciando aqui os limites de ação das associações locais. São apontados dois fatores para que a resposta não tenha chegado a todos as pessoas que necessitavam: a falta de informação e padronização das condições de acesso e disponibilização; e o constrangimento sentido por algumas pessoas que, nunca tendo necessitado antes, se sentiram constrangidas a recorrer.

A importância de um reforço técnico das instituições e associações locais que se encontram no terreno é uma das questões levantadas, sendo apontada a falta de recursos humanos e de investimento na formação dos técnicos. A realidade de deficiência em competências e habilidades tem um impacto direto em todas as fases de intervenção, a começar pela candidatura, a passar pela execução dos programas e projetos, na sua avaliação, mas também na sustentabilidade das organizações, sendo o recurso a financiamento de projetos uma das formas de garantir a sustentabilidade e a autonomia de funcionamento das organizações e da continuidade da sua ação. Segundo referem os entrevistados, poucas vezes se avalia o impacto da ação sobre as situações iniciais, sobre a expectativa dos beneficiários e a resolução das suas problemáticas, questionando-se muitas vezes a pertinência e a eficácia dos projetos que estão no terreno devida às deficiências na sua avaliação.

7

---

# INFOGRÁFICO

Com base nos dados qualitativos apresentados na versão do *Pensar Marvila* anterior e nos dados quantitativos revistos, foi publicado um infográfico em 2023, que pretende unir, de forma gráfica, dados quantitativos e qualitativos, e apresentar algumas notas sobre a vulnerabilidade social que afeta Marvila, com o intuito de complementar diagnósticos sociais existentes e guiar possíveis intervenções sociais na Freguesia – em complementaridade com os objetivos do próprio *Pensar Marvila*. Pretende-se, neste âmbito, que este infográfico possa sumarizar e complementar as principais conclusões deste exercício.

## MARVILA - UMA 'ILHA' DENTRO DE LISBOA

No âmbito da Componente Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Investimento "Comunidades em Ação - Operação Integrada Local de Marvila", e do estudo *Pensar Marvila*, foram analisados dados quantitativos e qualitativos da freguesia, que levaram à conclusão de que a mesma se apresenta como uma 'ilha' no Concelho de Lisboa pelas suas características distintas. Neste infográfico, apresentam-se algumas notas sobre a vulnerabilidade social que afeta Marvila, com o intuito de complementar diagnósticos sociais existentes e guiar possíveis intervenções sociais na freguesia.

### EDUCAÇÃO

Em Marvila, apenas 15,3% dos jovens entre os 20 e 24 anos têm o ensino superior completo, enquanto a média para Lisboa é de 59,6%.

### EMPREGO

Marvila apresenta a maior taxa de desemprego de todo o Concelho de Lisboa - 13,7%.

### HABITAÇÃO

O valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares em Marvila é €186,59, o valor médio mais baixo do Concelho de Lisboa.

### MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

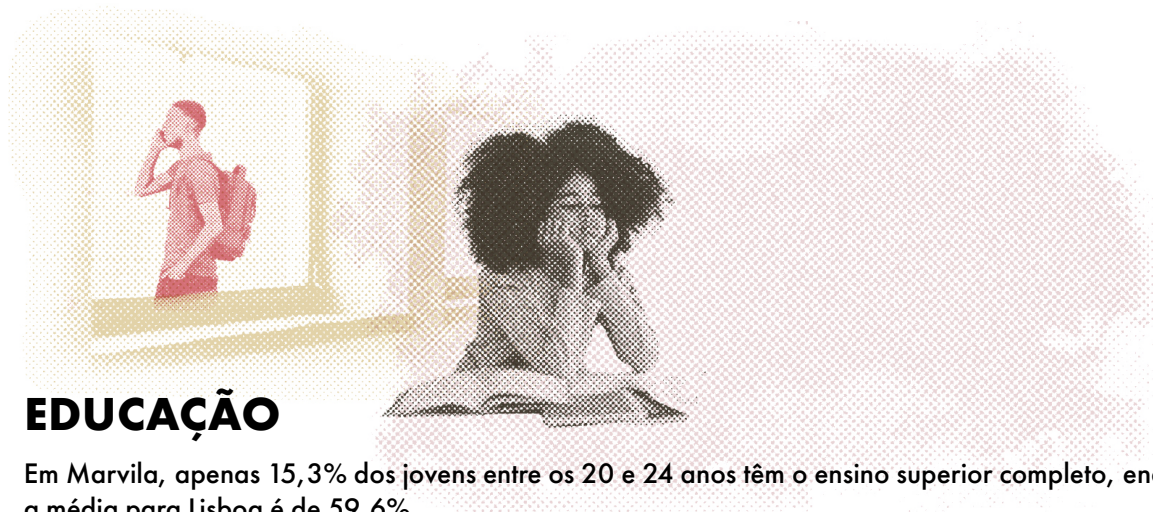
As pessoas empregadas em Marvila apresentam as deslocações mais longas para fora da freguesia: 64,4% com deslocações entre 60 a 90 minutos, e 40% com 90 minutos ou mais.

 ESTAÇÕES DE METRO

 ESTAÇÕES DE COMBOIO

 200 m





## EDUCAÇÃO

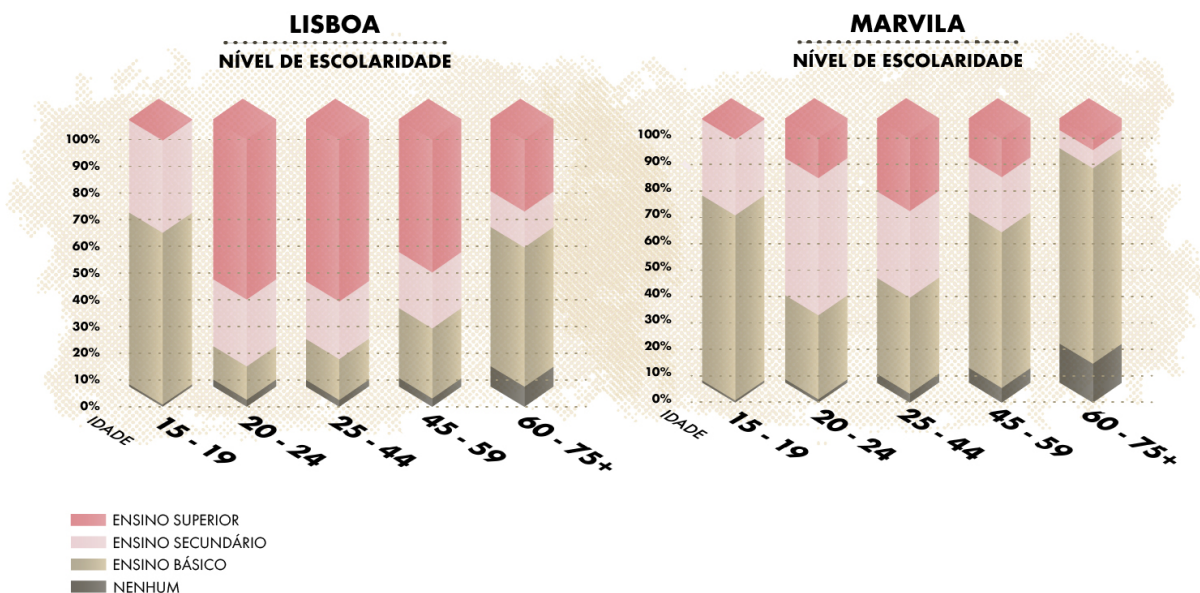
Em Marvila, apenas 15,3% dos jovens entre os 20 e 24 anos têm o ensino superior completo, enquanto a média para Lisboa é de 59,6%.

A pouca diversidade social, aliada ao isolamento geográfico e baixa acessibilidade do território, limitam perspetivas de futuro quanto ao potencial educativo, como se verifica, por exemplo, pelo baixo acesso ao ensino superior na freguesia.

Outras causas de baixa escolaridade: competências limitadas dos encarregados de educação e reprodução de exemplos existentes; escassez de recursos humanos e equipamentos nas escolas, aliado a uma certa rigidez na gestão de conteúdos programáticos e falta de flexibilidade para adaptá-los às necessidades sociais e profissionais dos alunos.

Conclusões do estudo Pensar Marvila

### NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO COMPLETO



INE (2021) Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Cálculo OLCPL



## EMPREGO

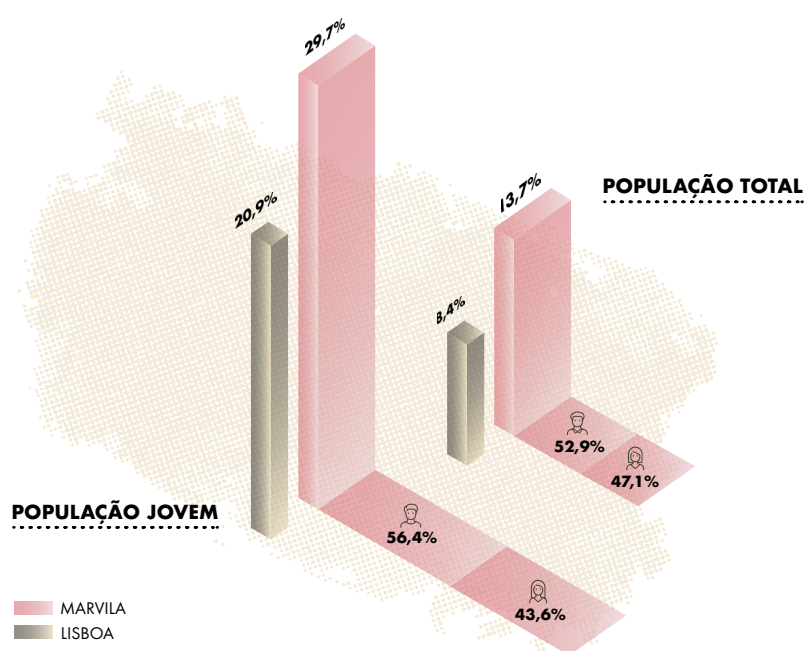
Marvila apresenta a maior taxa de desemprego de todo o Concelho de Lisboa – 13,7%.

A baixa escolaridade dos jovens dificulta a integração no mercado de trabalho e aumenta a sua vulnerabilidade ao estabelecimento de relações laborais precárias, instáveis e com baixos rendimentos.

A existência de um elevado número de adultos com longos percursos como operários fabris origina uma fatia da população com competências insuficientes para as atuais ofertas.

Conclusões do estudo Pensar Marvila

### TAXA DE DESEMPREGO



INE (2021) Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Taxa de desemprego (%) por Local de residência (à data dos Censos 2021) e Sexo; Decenal



## HABITAÇÃO

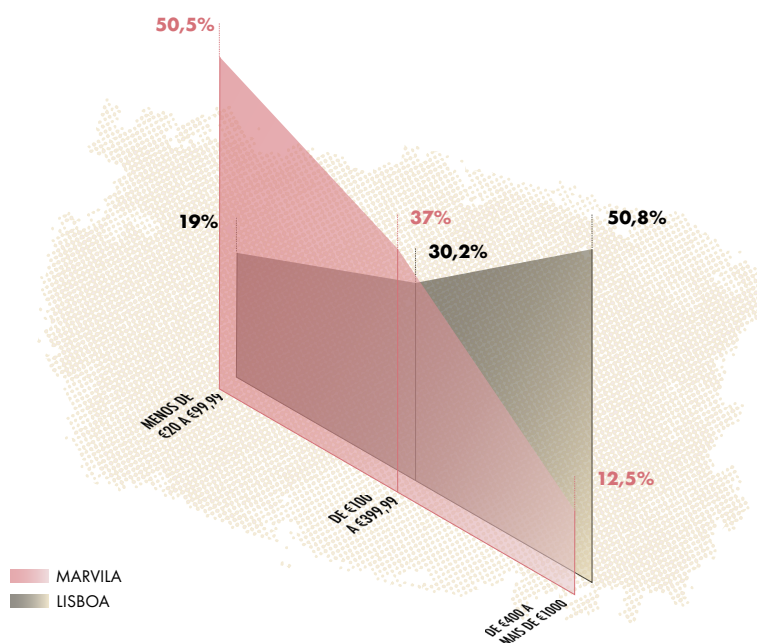
O valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares em Marvila é €186,59, o valor médio mais baixo do Concelho de Lisboa.

Marvila contém o maior número de bairros municipais no Concelho. Em cerca de 50% dos alojamentos familiares não existe nenhum sistema de aquecimento, a mais alta proporção do Concelho, afetando cerca de 20% da população residente na freguesia.

Foram registados 73 alojamentos improvisados em Marvila, o número mais elevado do Concelho, representando 30,5% dos alojamentos improvisados de Lisboa.

Conclusões do estudo Pensar Marvila

### PROPORÇÃO DO ESCALÃO MENSAL DE RENDA POR POPULAÇÃO EM ALOJAMENTO FAMILIAR



INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (N.º) por Localização geográfica à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Escalão do valor mensal da renda e Época de celebração do contrato de arrendamento; Cálculo OLCPL





## MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

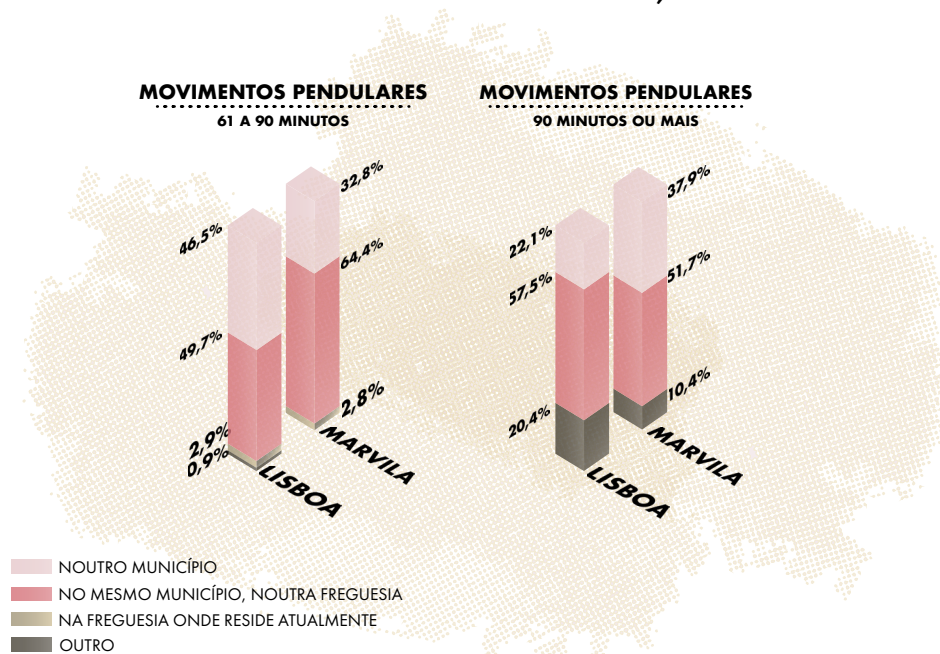
As pessoas empregadas em Marvila apresentam das deslocações mais longas para fora da freguesia: 64,4% com deslocações entre 60 a 90 minutos, e 40% com 90 minutos ou mais.

A insuficiência da rede de transportes públicos inter e intrafreguesia resulta numa sensação de isolamento e dificulta a integração dos habitantes com o resto da cidade.

A extensa área geográfica, a fragmentação do território, e a topografia acidentada da freguesia, aliada à falta de opções de comércio de proximidade, causam desafios à mobilidade dentro da própria freguesia dos residentes utilizadores de transportes públicos.

Conclusões do estudo Pensar Marvila

### MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO EMPREGADA: TEMPO DESPENDIDO EM DESLOCAÇÕES



INE (2021) Recenseamento da população e habitação - Censos 2021, População residente que vive no alojamento a maior parte do ano (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Condição perante o trabalho, Escalão de duração dos movimentos pendulares e Local de trabalho ou estudo; Decenal; Cálculo OLCPL

# 8

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

O combate à pobreza e à exclusão social são uma preocupação de diferentes instituições de nível europeu, nacional e local, e da sociedade civil em geral, desenvolvendo-se diversas estratégias, iniciativas, programas e ações neste âmbito, há quase cerca de um século.

Contudo, a crise económica e social provocada pela pandemia de COVID-19 evidenciou bem como o combate à pobreza e exclusão social se mantém pertinente e central numa sociedade que se pretende coesa e promotora do respeito pelos direitos sociais e humanos.

Na senda deste entendimento, urge compreender os aspetos críticos que perpetuam as condições de vulnerabilidade em que tantas pessoas continuam a viver, nomeadamente na Freguesia de Marvila, e que permitam contribuir para uma reflexão informada de combate à pobreza naquele território.

Este exercício pretende ser o ponto de partida desta reflexão, tendo como fim último a definição de uma Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza, sistematizando aqui os pontos críticos e as interrogações destacados, mas também sinalizando algumas sugestões decorrentes da reflexão promovida junto de pessoas e estruturas que conhecem particularmente bem a realidade desta Freguesia.

### 8.A) A ADEQUAÇÃO, A EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DOS RECURSOS E DAS RESPOSTAS

A informação recolhida levanta muitas interrogações sobre os recursos disponibilizados no combate à pobreza e à exclusão social, não apenas na sua suficiência, mas na sua adequação, eficácia e eficiência. De facto, emerge dos discursos dos entrevistados a necessidade de conhecer a realidade para adequar os recursos, mas também de conhecer e avaliar os recursos existentes de modo a promover a sua otimização.

É neste sentido que foram destacados dois tipos de sugestões/recomendações:

- Investimento no conhecimento e avaliação das necessidades e dos projetos e iniciativas em curso;
- Investimento na capacitação das organizações e dos recursos humanos das entidades que se encontram no terreno, promovendo a sua capacitação para a ação, governação e avaliação das iniciativas.

### 8.B) COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL - PARTICIPAÇÃO, EMPENHO E RESPONSABILIZAÇÃO

Ainda que a importância do trabalho em parceria seja cada vez mais reconhecida pelos profissionais e entidades no terreno, existe, ainda, uma desigualdade significativa ao nível da participação, mas também de poderes entre os parceiros no contexto da sociedade local. Entidades com maior conhecimento do terreno e histórico de implantação de programas possuem níveis de protagonismo e prestígio que podem dificultar o diálogo e a articulação com outras, e consequentemente a integração da ação.

Acresce a estas dificuldades, por um lado, a diversidade de interesses, objetivos institucionais, mas também culturas institucionais, que dificultam o trabalho em parceria e o desenvolvimento de ação conjunta. Por outro, a falta de legitimidade social das entidades, concentrada no poder político, nos diversos níveis e estruturas, baseados maioritariamente na legitimidade política e na detenção dos recursos. Possíveis conflitos de interesse e de objetivos podem, dessa maneira, provocar uma redução do potencial de impacto positivos de intervenções.

### 8.C) PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

Por fim, destaca-se a fraca participação dos cidadãos, que mais do que coprodutores da ação e das políticas, como seria desejável, tendem a ser pouco mais do que beneficiários das iniciativas.

Neste sentido, a informação recolhida aponta para a necessidade de um maior investimento em mecanismos de avaliação e governação para as entidades do terreno, com o objetivo de aumentar a eficácia na utilização de recursos, bem como a promoção de uma maior articulação de todos os que estão envolvidos no processo, com o foco no aumento de autonomia de cada uma das entidades. Paralela e conjuntamente, há a necessidade duma constante troca de resultados e experiências e de integração das intervenções, com vista à concretização dos objetivos e real impacto positivo na vida dos indivíduos.

Aumenta a complexidade deste propósito quando se reconhece a necessidade desta articulação e integração ser não só multisectorial ao nível local, mas multinível, sendo capaz de promover uma articulação institucional, no âmbito organizacional e técnico de políticas nas diferentes escalas territoriais.

## BIBLIOGRAFIA

- BIT. (2003). *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social: Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra, Suíça: Bureau Internacional do Trabalho.
- Castel, R. (1991). De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation. Em J. Donzelot, *Face à l'exclusion. Le modèle français*. Paris: Esprit.
- Castro, A. (2010). *mapa das Vulnerabilidade na Cidade de Lisboa*. CET-ISCTE.
- Costa, A. B. (1998). Exclusões sociais. *Cadernos Democráticos*, nº2.
- Costa, S., Mazon, D., & Henrique, J. (2021). *Pensar Marvila - Exercício experimental de reflexão*. OLCPL EAPN.
- EAPN. (2015). Erradicar a Pobreza: Compromisso para uma Estratégia Nacional. *Rediteia nº48 - Revista de Política Social*.
- Ferrão, J. (2019). Uma política ainda com lacunas, descontinuidades e falta de articulação entre os vários níveis de ação. Em R. P. Mamede, & P. A. Silva, *O Estado da Nação e As Políticas Públicas - Menos Reformas, Melhores Políticas*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Henriques, J. M. (2003). Avaliação em programas experimentais: perspectivas da "avaliação realista". *Cadernos de Estudo Africanos (Online)*, 4.
- OLCPL, E. (2018). *Estratégia Local Integrada Combate à Pobreza Lisboa - Roteiro*. EAPN OLCPL.
- Vieira, I., & Chaves, H. (2022). *Estudo Participativo sobre a Mobilidade em Marvila, Lisboa*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Yin, R. K. (2003). *Case study research - Design and Methods*. London: Sage.

## ANEXO

### A) LISTAGEM DE INDICADORES (VERSÃO 2021)

#### Demografia

- N.º de pessoas residentes
- % de população entre os 0 e os 24 anos no total do Concelho

#### Habitação

- N.º de fogos de habitação municipal geridos pela GEBALIS
- Estimativa da população residente em habitação municipal
- % de pop. Residente em habitação municipal face à pop residente

#### Emprego/desemprego

- % de desempregados inscritos nos CE (IEFP) face ao total do Concelho

#### Educação

- % da população total estimada sem o 1.º ciclo básico completo
- % da população total estimada sem o ensino secundário completo
- % da população total estimada com o ensino superior completo

#### Prestações sociais

- % de beneficiários com processamento de RSI (ISS) face ao total do Concelho
- % de beneficiários de prestações de desemprego (ISS) face ao total do Concelho
- % de beneficiários de CSI (ISS) face ao total do Concelho
- % de Titulares de abono de família (ISS) face à população entre os 0 e os 24 anos na Freguesia

#### Apoio social de emergência

- Famílias e Pessoas Apoiadas pelo Banco Alimentar com Cabazes, no Concelho de Lisboa (BAL)
- N.º de pedidos de apoio direto ao BAL (BAL)
- Taxa de variação do n.º de pedidos de apoio direto ao BAL (2019-2020)

## B) LISTAGEM DE INDICADORES (VERSÃO 2024)

### Demografia

- N.º da população residente na Freguesia, total, género
- % da população residente na Freguesia face ao total do Concelho
- % da população residente com 65 anos ou mais na Freguesia e face ao Concelho
- % da população residente até 24 anos na Freguesia
- Índice de renovação da população em idade ativa na Freguesia e face ao Concelho

### Habitação

- N.º de bairro municipais administrados pela GEBALIS na Freguesia
- N.º de população residente em habitação municipal na Freguesia
- % da população residente em habitação municipal face à população residente da Freguesia
- N.º de fogos de habitação municipal geridos pela GEBALIS na Freguesia
- Valor médio mensal de rendas de alojamentos familiares clássicos na Freguesia
- % de rendas nos escalões mais baixos e mais altos de rendas na Freguesia face ao total do Concelho
- N.º de alojamentos (clássicos e não clássicos) na Freguesia
- % de alojamentos clássicos por total da população da Freguesia
- N.º de alojamentos não clássicos na Freguesia
- % de alojamentos não clássicos face ao total do Concelho
- N.º de alojamentos clássicos sem aquecimento na Freguesia
- % de alojamentos clássicos sem aquecimento na Freguesia face ao total do Concelho
- Prevalência de tipo de agregado familiar na Freguesia face ao total do Concelho
- Densidade populacional da Freguesia

### Emprego/desemprego

- Taxa de desemprego da Freguesia, total, género, e no Concelho
- Taxa de população ativa da Freguesia
- Taxa de desemprego da população ativa de 15 a 24 anos na Freguesia e face ao total do Concelho
- N.º de pessoas à procura de primeiro emprego na Freguesia
- % de pessoas à procura de primeiro emprego na Freguesia e face ao total do Concelho
- N.º de pessoas à procura de novo emprego na Freguesia
- % de pessoas à procura de novo emprego na Freguesia face ao total do Concelho

## Educação

- Nº de população analfabeta na Freguesia
- % de população analfabeta na Freguesia face ao Concelho
- Taxa de analfabetismo na Freguesia, total e género
- % da população com 15 ou mais anos sem nenhum nível de escolaridade completo na Freguesia, total e género, e no Concelho

## Prestações sociais

- Nº de beneficiários de RSI na Freguesia e no Concelho
- % de beneficiários de RSI na Freguesia face ao total do Concelho
- Nº de beneficiários de prestações de desemprego na Freguesia e no Concelho
- % de beneficiários de prestações de desemprego na Freguesia face ao Concelho
- Nº de titulares de abono de família para crianças e jovens na Freguesia
- % de titulares de abono de família para crianças e jovens na Freguesia face ao Concelho
- Nº de titulares de CSI na Freguesia
- % de titulares de CSI na Freguesia face ao Concelho

## Apoio social de emergência

- Famílias e Pessoas Apoiadas pelo Banco Alimentar com Cabazes, no concelho de Lisboa (BAL)
- Nº de pedidos de apoio direto ao BAL (BAL)
- Taxa de variação do nº de pedidos de apoio direto ao BAL (2019-2020)

## Mobilidade e acessibilidade

- % das pessoas que não conseguem andar ou subir degraus na Freguesia face ao Concelho
- % das que pessoas que têm muita dificuldade em andar ou subir degraus na Freguesia (65-69 anos) face ao Concelho
- % das pessoas que não conseguem tomar banho ou vestirem-se sozinhas na Freguesia face ao Concelho
- % das pessoas que têm muita dificuldade em tomar banho ou vestirem-se sozinhas na Freguesia face ao Concelho
- % das deslocações dos residentes efetuadas dentro e para fora da Freguesia
- % dos movimentos pendulares dos residentes dentro e para fora da Freguesia face ao Concelho